



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

EXPRESSÕES REFERENCIAIS E AVALIAÇÃO
EM OFÍCIOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX

JOSEFA MÔNICA ALMEIDA SILVA

João Pessoa, 2007

JOSEFA MÔNICA ALMEIDA SILVA

**EXPRESSÕES REFERENCIAIS E AVALIAÇÃO
EM OFÍCIOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

Dissertação submetida à Universidade Federal da Paraíba para obtenção do grau de Mestre em Linguística, área de pesquisa Teoria e Análise Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Cristina de Assis Pinto Fonseca

João Pessoa, 2007

S586e Silva, Josefa Mônica Almeida.
Expressões referenciais e avaliação em ofícios dos séculos XVIII e XIX / Josefa Mônica Almeida Silva.- João Pessoa, 2007.
87f.
Orientadora: Maria Cristina de Assis Pinto Fonseca
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
1. Linguística. 2. Teoria e análise linguística. 3. Ofícios.
4. Expressões referenciais. 5. Avaliação.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

**EXPRESSÕES REFERENCIAIS E AVALIAÇÃO
EM OFÍCIOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

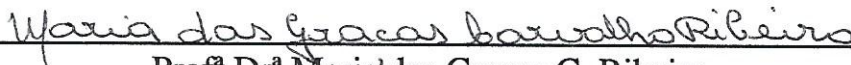
Josefa Mônica Almeida Silva

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/04/2007

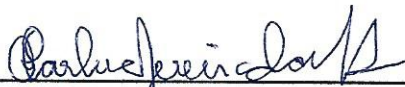
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Maria Cristina de A. P. Fonseca (Orientadora)



Profª Drª Maria das Graças C. Ribeiro
Universidade Federal da Paraíba / UFPB



Profª Drª Marluce Pereira da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte / UFRN

Agradecimentos

Louvo e engrandeço a Deus, com todo o meu entendimento, e de todo coração, por Seu imenso amor em enviar Jesus, meu Senhor e Salvador. Amigo fiel que me deu força para crer que com Ele tudo eu poderia fazer. São indescritíveis minha gratidão e alegria.

À minha querida orientadora, Dra. Maria Cristina Assis. Seus ombros e ouvidos são de uma compreensão sem tamanho! Obrigada por dividir comigo a jornada de desenvolvimento desta pesquisa. Nossas frutíferas conversas e suas ideias brilhantes sempre me beneficiaram. À senhora, às Profas. Dras. Graça Ribeiro, Eliane Ferraz e às demais queridas professoras do Programa, por tudo, obrigada!

Muito obrigada a todos que fazem parte, tanto do PPGL, quanto do PROLING. Agradeço a Deus pelos meus companheiros e companheiras de curso, a todos que conheci e aprendi a amar e a admirar na UFPB. Como aprendi e me diverti com vocês...

Quero agradecer, especialmente, aos meus irmãos na fé, de Aracaju e de João Pessoa. Através de vocês também provei do amor de Deus. Lay Bunitófila, Deus a abençoe pelos momentos adversos convividos com dedicação, amor e humor. Migonas e Sabidófilas – Nenê, Irinha, Ma, Lene, Lau e Marcita, minhas companheiras da UFS, Moranguinho, Fê e Keka – “o dicionário define amizade, mas vocês a demonstraram”.

Agradeço aos meus pais e à minha avó Marizete, seus exemplos, esforços, torcida e compreensão me trouxeram até aqui. A meus bebês Negão e Peu, os irmãos mais gatos e pacientes, Lalinha e Mara, as primas mais presentes, e aos demais familiares toda a minha gratidão e carinho. Sem seus encorajamentos tudo seria mais difícil.

Minha querida equipe de trabalho do projeto Recriarte/MPSE, em especial D. Mercedes, Osmira e meus alunos, muito obrigada por tudo. Deus abençoe a cada um pela compreensão e ajuda. Agradeço ao Dr. Luiz Valter por ter acreditado e apostado em meu sonho. Primo você é um dos maiores orgulhos da família! “Quando eu crescer quero ser como você”.

Tiiiiiinho! Deus o abençoe, meu querido, por diminuir com seu amor, companheirismo e graça, os pesares dos últimos momentos de batalha. Seu amor aumenta minhas horas de felicidade! Eu não poderia pedir por uma caixa de ressonância e um companheiro melhores. Amo-te.

Toda minha gratidão aos citados ou não. Agradecer a todos é pouco, mas creio ser um bom começo. Que Deus nos abençoe, sempre!

RESUMO

Este trabalho volta sua atenção para os ofícios produzidos entre os períodos colonial e imperial. O interesse da pesquisa é investigar as expressões referenciais como possíveis instauradoras de avaliação no gênero textual enfocado. A fundamentação teórica utiliza tanto elementos da Linguística Histórica quanto da Linguística Textual, mais especificamente os estudos sobre referenciação. Analisa-se a caracterização da pessoalidade, denunciada pelas expressões referenciais, negando a impessoalidade prevista para essas correspondências oficiais. Para o tratamento da distribuição das unidades comunicativas em um corpus constituído de 37 ofícios da administração paraibana dos séculos XVIII e XIX, aplicou-se o modelo de Silveira (2002), e para a análise das expressões referenciais, utilizou-se o quadro proposto por Cavalcante (2003). Os resultados alcançados apontam para a confirmação da nossa hipótese inicial que previa a presença da avaliação dos emissores dos ofícios. Analisando os dados, verificamos que as estratégias que mais contribuíram para a instauração da avaliação foram as introduções referenciais e as anáforas correferenciais. Espera-se, com os resultados dessa pesquisa, contribuir com os estudos voltados para a modalidade escrita do português brasileiro, a partir da relação ofício, linguagem e argumentação.

Palavras-chave: ofícios, expressões referenciais, avaliação.

ABSTRACT

This research focuses on official letters written between Brazilian colonial and imperial periods. It aims at investigating referential expressions as possible evaluation founders in this particular text genre. The theoretical basis for this work uses both Historical Linguistics and Text Linguistics assumptions, particularly the studies about referenciation. It analyses the characterization of subjectivity, denounced by referential expressions, as opposed to the impersonal tone/nature of these official correspondences. For studying the distribution of communicative unites in a corpus constituted by 37 official letters of Paraíba's public administration of XVIII and XIX centuries, Silveira's (2002) model was applied. For analyses of referential expressions, we used Cavalcante's (2003) chart. The results achieved point to confirmation of our initial hypothesis that predicted the presence of the evaluation of the official correspondence issuers. Analyzing the data, we find that the strategies that most contributed to the establishment of the evaluation were the references introductions and the coreferential anaphora. It is expected, with the results of this research, to contribute to the studies focused on the written form of Brazilian Portuguese, starting from the relation between official letter, language and argumentation.

Keywords: official letters, referential expressions, evaluation.

A vocês que amo...

A vocês que Amo...

A vocês que AMo...

A vocês que AMO...

**Esperando ser simplesmente
uma neta, filha, irmã, sobrinha,
prima, companheira, orientanda,
discípula e amiga INESQUECÍVEL!**

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1. Das posições aceitas – O ajuste de lentes.....	16
1.1. A perspectiva histórica.....	16
1.2 A perspectiva textual.....	22
1.2.1 Texto e sentido – o quê, onde?.....	24
Capítulo 2. Sobre gêneros textuais.....	27
2.1 Aspectos gerais sobre os gêneros textuais.....	27
2.2 O ofício – um tipo específico de carta.....	30
2.2.1 Os ofícios na burocracia paraibana dos séculos XVIII e XIX.....	31
Capítulo 3. Referenciação: <i>algumas palavras</i>	35
3.1 Um breve percurso histórico.....	35
3.2 Referenciação, discurso e sentido(s).....	37
3.3 A classificação adotada.....	39
Capítulo 4. Metodologia	48
4.1 Escolha do objeto de estudo e do referencial teórico.....	48
4.2 Coleta e organização da amostra.....	49
4.3 Análise dos dados.....	51
Capítulo 5. Expressões referenciais e avaliação: <i>quo vadis</i>	53
5.1 A aplicação do modelo de Silveira (2002).....	53
5.2 A distribuição dos processos referenciais de acordo com o propósito comunicativo.....	66
5.1 Trocando em miúdos – análise e discussão dos dados obtidos.....	71
Considerações finais.....	76
Referências bibliográficas	79
Anexos.....	83

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Contagem geral das expressões referenciais encontradas no corpus.....	67
Quadro 2 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de solicitação.....	67
Quadro 3 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de informação e esclarecimentos.....	68
Quadro 4 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de relato com pedido de ajuda.....	68
Quadro 5 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de parecer.....	69
Quadro 6 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de aviso de envio.....	69
Quadro 7 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de aviso de recebimento.....	70
Quadro 8 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de ordens.....	70
Quadro 9 – Distribuição dos processos referenciais avaliativos e não-avaliativos de acordo com o propósito comunicativo.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de solicitação	67
Gráfico 2 – Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de informação e esclarecimentos.....	68
Gráfico 3 – Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de relato com pedido de ajuda.....	68
Gráfico 4 – Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de parecer ...	69
Gráfico 5 – Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de aviso de envio.....	69
Gráfico 6 – Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de recebimento.....	70
Gráfico 7 – Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de ordens.....	70
Gráfico 8 – Unidade comunicativa / avaliação.....	71
Gráfico 9 – Ofícios de solicitação.....	72
Gráfico 10 – Ofícios de pedido/ajuda.....	72
Gráfico 11 – Ofícios de parecer.....	72
Gráfico 12 – Ofícios de aviso/recebimento.....	73
Gráfico 13 – Ofícios de ordens.....	73
Gráfico 14 – Ofícios de aviso/envio.....	73
Gráfico 15 – Ofícios de informação.....	74

INTRODUÇÃO

A linguagem é uma forma de conhecimento sócio-histórico de caráter eminentemente interativo. Ao adotarmos essa concepção, adotamos também duas outras intrinsecamente ligadas: a de sujeito e a de texto. Os sujeitos apresentam-se como atores/construtores sociais e o texto, como o lugar próprio da interação, lugar em que os interlocutores, como sujeitos ativos, constroem-se e são construídos, dialogicamente. A partir desses pressupostos, desenvolvemos nossa pesquisa.

No vasto âmbito das pesquisas linguísticas, nosso estudo volta sua atenção para um gênero textual ainda pouco abordado: os ofícios. Nosso *corpus* é composto por textos antigos, produzidos dentro da máquina administrativa da Paraíba, entre os períodos colonial e imperial. Tomaremos como suporte teórico tanto elementos da Linguística Histórica (doravante LH) quanto da Linguística Textual (LT).

Dentro dos recentes estudos históricos da linguagem, destaca-se a vertente denominada por Mattos e Silva (1999) “Linguística Histórica *lato sensu*”, configurando-se, no plano nacional, como uma área que engloba os estudos linguísticos pautados em dados necessariamente datados e localizados, ou seja, são estudos sincrônicos historicamente contextualizados. Sob essa perspectiva insere-se nosso trabalho – um estudo sincrônico de textos datados dos séculos XVIII e XIX, que fazem parte do banco de dados coletado, transcrito e organizado por Fonseca (2003) e publicado em CD. Os documentos originais encontram-se preservados no Arquivo Histórico da Paraíba, em João Pessoa.

O gênero textual escolhido para a investigação (ofício) é geralmente rejeitado para o estudo linguístico, porque é apontado como muito formal, estereotipado, que não refletiria a língua viva, efetivamente em uso. Porém, quando analisado, percebe-se que ele traz as marcas do enunciador, sua subjetividade está presente. E uma das possibilidades de se observar a intencionalidade ou os propósitos argumentativos presentes nos textos é analisar a função discursiva dos elementos referenciais em seu desenvolvimento, visto que a forma de designação dos referentes deixa entrever o modo de participação do enunciador.

Além disso, há um outro aspecto a ser discutido. Maia (1986) defende o valor dos documentos não literários como fontes de informação para o conhecimento da língua. Segundo ela, a despeito da aridez, formalismo e relativa uniformidade, esses textos deixam transparecer, em diferentes proporções, certos traços da língua falada, de acordo com determinadas circunstâncias que podem influenciar, de modo mais ou menos acentuado, a maneira como cada sujeito/autor escreve. À semelhante conclusão chegou o estudo de

Fonseca (2003), ao analisar os documentos usados nesta pesquisa. Segundo a autora, os ofícios constantes desse *corpus* apresentam um grau variável de influência da oralidade, o que os torna apropriados para o estudo da língua falada na época.

Para a análise, o escopo teórico usado foi de uma corrente atual dos estudos linguístico-textuais voltada para o conhecimento dos efeitos de sentido produzidos pelos processos de referenciação. Em nossa pesquisa faremos uma breve abordagem da corrente que tem Mondada e Dubois (1995), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), Marcuschi (1998), Koch (2006) e Cavalcante (2003), dentre outros, como maiores representantes.

Nossa proposta de trabalho aceita a visão defendida por esses autores de que a referenciação é uma operação pela qual denominamos, por meio das palavras, os seres, os objetos, os sentimentos etc. Na representação que construímos das coisas durante nossas práticas sócio-comunicativas, os referentes não se constituem como objetos do mundo nomeados pelas palavras, mas como uma imagem que fabricamos deles. Eles são vistos como objetos de discurso dinâmicos, já que podem ser modificados, recategorizados, transformados, construindo-se assim o sentido, no curso da progressão textual.

Constituíram-se alvo específico da investigação as expressões referenciais instauradoras de avaliação nos ofícios. De acordo com Koch (2006), a produção de sentidos através desses processos denuncia intencionalidades ou propósitos argumentativos. É nosso objetivo central descrever como a avaliação se manifesta através dessas expressões e marca uma subjetividade que, nos moldes atuais, arrolados tanto no Manual de Redação da Presidência da República (1998), quanto por Silveira (2002), não seria esperada neste tipo de interlocução - correspondências oficiais. De acordo com estes estudos, neste tipo de documento deve-se priorizar a impessoalidade em nome da informatividade institucional, deve-se representar apenas a instituição, sua eficiência e não o agente da informação.

O conceito de impessoalidade com que trabalha Silveira (2002) é o de enfraquecimento ou apagamento dos agentes e o distanciamento dos interactantes como forma de propiciar os efeitos de neutralidade e objetividade (anulação da autoria, ou seja, da sua subjetividade), exigidos neste tipo de correspondência. A competência do profissional escrevente deve ser em utilizar estratégias que ao priorizar a informação, o faça de modo exato, conciso, dos acontecimentos do dia a dia institucional. No entanto, percebe-se neste caso de relações interpessoais mantidas formalmente, que os atos diretivos e expressivos, por meio dos quais o falante tenta influenciar o comportamento do interlocutor, recebem um tratamento de suposta neutralidade, em favor de uma recomendada objetividade e impessoalidade. Logo, a interferência da avaliação nas escolhas lexicais será medida de

acordo com os objetivos do texto, em que se evidencia essa manipulação tanto na busca do apagamento dos agentes, por trás do aparelho regulador institucional, como na da suposta neutralidade, produzida por esse falso apagamento da subjetividade.

A análise de expressões referenciais é uma das maneiras de se apreender o falseamento da neutralidade/impessoalidade do agente nos seus modos de representar a realidade, dentro do processo de transmissão de informação das relações institucionais. Este falseamento pode ser apreendido através das escolhas lexicais que o agente opera ao construir seu texto. Aqui destacamos a importância de se analisar os processos referenciais para avaliar essa falsa impessoalidade/neutralidade, pois consideramos como Silva (2004) que a seleção de um ou outro recurso referencial não é ingênua, atenderá sempre aos propósitos discursivos do remetente, instaurando sua avaliação, refletindo suas crenças e opiniões, mesmo que ele não tenha consciência disso.

Há muito que ideia de textos desprovidos de argumentação, ingênuos, já não subsiste entre os estudiosos da linguagem. Aceitamos aqui a posição de que a linguagem é argumentativa, seu uso é regulado tanto por tradições discursivas como pelo próprio enunciador, que ao apropriar-se dela se constitui e constitui realidades a partir de sua visão de mundo, sempre num diálogo ativo e responsivo regulador das relações sócio-comunicativas. Sendo assim, buscaremos demonstrar, através da seleção do recurso referencial produzido na interlocução institucional, que a impessoalidade e suas agregadas (informatividade e neutralidade) são apenas aspectos maquiados, manipulados em nome do *estilo oficial* que permeia os documentos de correspondência administrativa.

Para tanto investigaremos, num *corpus* constituído por trinta e sete ofícios, datados dos séculos XVIII e XIX. Analisaremos como o sujeito “aparece” por ocasião da interação, de que forma opera sobre o material linguístico que tem a sua disposição de modo condizente com a sua proposta de sentido, evidenciando uma íntima relação entre escolha linguística e modificadores avaliativos.

Seguimos, para a obtenção de nossos propósitos, validação ou não de nossa hipótese, a obtenção de respostas para os problemas abaixo discriminados:

- Como os processos de referenciação, enquanto produtores de sentidos, instauram avaliações no *corpus* analisado?
- Qual a frequência das expressões referenciais avaliativas no *corpus* analisado?
- De que forma as expressões referenciais não-anafóricas explicitam uma avaliação do remetente?

Nossa proposta de trabalho considera a hipótese de que o uso de expressões referenciais nos ofícios constrói avaliações. Embora esse gênero não seja classificado como argumentativo, afirmamos que a argumentatividade está presente e que é comprovável por meio de uma análise dos elementos referenciais. Neste caso, ela é fruto do uso de expressões referenciais avaliativas. Essa empreitada tem o intuito de realizar os objetivos destacados a seguir:

- Identificar as expressões referenciais presentes nos textos examinados;
- Identificar, descrever e analisar as expressões referenciais que instauram avaliação na construção da argumentatividade no *corpus* estudado;
- Analisar a frequência de elementos referenciais de caráter avaliativo nos ofícios, verificando como eles contribuem para a construção dos sentidos nesse gênero.

Levando em consideração que os objetivos centrais desses ofícios eram transmitir informações, dar ordens ou fazer alguma solicitação, busca-se descrever de que maneira isso era feito, que moldes são seguidos nas relações sociais no espaço discursivo enfocado.

A investigação da linguagem burocrática utilizada nos ofícios sob a visão da LT, mais especificamente dentro dos estudos da referenciação, nos permite tanto observar como era utilizada a língua num período, como também trazer à discussão a questão dos gêneros textuais, principalmente no que se refere àqueles em circulação no período. A partir das análises, busca-se trazer à luz as consequências dos usos de elementos referenciais que denunciam a manipulação do interlocutor ao mascarar o autor, focalizando dessa forma as funções discursivas dessas expressões.

Feitos esses esclarecimentos, cumpre agora apresentar a estrutura em que esta dissertação está organizada.

Logo após esta introdução, vem o primeiro capítulo, intitulado *Das posições aceitas – O ajuste de lentes*, em que abordamos as perspectivas histórica e textual, dando atenção especial aos estudos de Mattos e Silva (1999, 2004) e Koch (1997, 2000, 2001, 2006).

O capítulo dois, intitulado *Sobre gêneros textuais*, traz uma visão geral dos estudos realizados sobre os gêneros, consagrando atenção especial a Bakhtin (1981) e a Marcuschi (2000). Neste mesmo capítulo, trabalhamos a noção de gêneros oficiais para definir um possível conceito de ofício, baseado nos estudos realizados sobre gênero. A esse respeito consultamos principalmente Silveira (2002) e Fonseca (2003).

Realizamos no capítulo três, intitulado *Referenciação – Algumas palavras*, um breve histórico sobre os estudos acerca desse mecanismo de organização textual. As reflexões acrescentadas neste capítulo visam relacionar a referenciação e a argumentação como

atividades que se imbricam, que são importantes na construção do discurso burocrático, e que podem demonstrar as estratégias utilizadas pelo enunciador não só para informar como também formar opinião sobre o assunto tratado.

Em seguida, no capítulo quatro, voltamo-nos para a *Metodologia*. Tecemos considerações sobre a seleção dos textos usados na fundamentação teórica. Ainda nesta seção, tratamos dos critérios de categorização e seleção tanto do *corpus* como das análises empreendidas.

As análises encontram-se no quinto capítulo, nomeado de *Expressões referenciais e avaliação: quo vadis?* Numa primeira etapa, procuramos descrever os processos referenciais na organização dos ofícios e separamos os processos avaliativos dos não avaliativos. Na segunda etapa, buscamos discutir a noção de impessoalidade concebida pelos estudiosos desse gênero, reconhecendo como os processos referenciais podem instaurar uma avaliação no texto do ofício.

Nas considerações finais têm-se, sistematizadas, as descobertas do capítulo de análise, sobre a relação entre os processos referenciais e a avaliação no ofício.

Esperamos, com os resultados do trabalho empreendido nesta dissertação, contribuir para o estudo da história do português brasileiro, especificamente no que se refere ao conhecimento da linguagem utilizada neste gênero em circulação na Paraíba colônia-império. Os resultados apresentam importantes dados na expansão das pesquisas sobre referenciação, especialmente pelo enfoque dado às funções discursivas das expressões utilizadas para representar o referente em cada nova aparição no texto.

DAS POSIÇÕES ACEITAS – O AJUSTE DAS LENTES

1.1 A PERSPECTIVA HISTÓRICA

“O conhecimento do passado, todavia, não deve ser esquecido.”
(Antônio Olavo Pereira-Marcoré).

Diversas sociedades pensaram a questão da linguagem e este pensar ocorreu de diferentes maneiras. O estudo das línguas com finalidades práticas precedeu o processo de reflexão da análise científica. A reflexão histórica atual tem de certa forma, suas raízes nas preocupações filológicas das várias sociedades humanas. A formação retórica de Roma, a preservação de textos religiosos no judaísmo, a difusão das novas religiões proselitistas como o cristianismo e o islamismo, o estabelecimento de tradições literárias vernáculas nos Estados-nações da Europa renascentista – são todos contextos em que a língua, a princípio ferramenta, se tornou um objeto de estudo.

É nesse longo e intrincado caminho de formulações sobre a linguagem que, para muitos estudiosos contemporâneos (CÂMARA JR., 1979; FARACO, 1991; WEEDWOOD, 2005) estão as raízes da reflexão histórica propriamente dita, isto é, a percepção de que as línguas mudam no eixo do tempo. Se não há um vínculo direto e linear entre esses estudos e a Linguística Histórica que nasce nos fins do século XVIII, há, certamente, um longo processo entre todas essas investigações, de construção de uma forma específica de refletir sobre as línguas na dimensão de sua variabilidade no tempo.

Neste capítulo teceremos algumas considerações sobre essa área dos estudos linguísticos cuja preocupação central foi, por muito tempo, com as mudanças ocorridas nas línguas. Pretendemos, ainda, situar nosso trabalho, que deseja colaborar com esse campo do saber sobre a linguagem ao utilizar nas análises um *corpus* antigo, não com preocupação literária ou filológica, mas com o linguístico, o que lhe confere um sabor original e importante no contexto atual dos estudos da linguística moderna, e mais especificamente, dentro dos atuais interesses da Linguística Histórica no Brasil.

Quando a Linguística Histórica surgiu, nos fins do século XVIII, e em seguida, no decorrer do século XIX, tinha como centro de interesse reconstruir a história das línguas através da comparação (MATTOS E SILVA, 1999¹). O interesse por estágios anteriores da língua, entretanto, não é recente. Antes dessa época, uma reflexão histórica pode ser detectada nos trabalhos filológicos desenvolvidos por diferentes povos e em diversas culturas. É possível verificar que já existe a consciência de que as línguas mudam com o

tempo. Há muito já se sabia, por exemplo, das relações entre o sânscrito e algumas línguas antigas e modernas, e também da origem latina das línguas românicas (francês, espanhol, português, italiano etc.).

Segundo Robins (1983), os estudos baseados na comparação de línguas, que existiam antes do século XVIII, eram trabalhos esporádicos, que representavam muitas vezes pesquisas e opiniões isoladas. Para a linguística antiga, até o século XIX, a linguagem era compreendida como uma realidade estável, atemporal, objetiva, fora do homem e, conforme Lyons (1981) explica, não havia consciência de que a mudança linguística fosse universal, contínua e consideravelmente regular. As pesquisas linguísticas ocupavam-se, principalmente, com textos escritos, encarados como obras de arte, e a língua falada do cotidiano, tanto da aristocracia quanto do povo, ficou negligenciada. Tinham como objeto a estrutura da linguagem, preocupando-se em estabelecer o “certo” e o “errado”, numa tendência normativa. Entretanto, já nos fins do século XVIII, as pesquisas começaram a se desenvolver em torno de questões históricas, com a descoberta e consolidação do método comparativo.

Convencionou-se citar o ano de 1786 como um marco inicial de uma reflexão sistemática a respeito das mudanças linguísticas. Neste ano, William Jones apresentou semelhanças entre o sânscrito, o grego e o latim, dando origem à Linguística histórico-comparativa, que, de maneira geral, tinha como objetivo reconstruir a história das línguas (AUERBACH, 1972). Criaram-se, a partir de então, áreas especializadas no estudo das diversas línguas indo-europeias – ressaltem-se os trabalhos pioneiros de Franz Bopp (1791-1867), Rasmus Rask (1787–1832) e Jacob Grimm (1785-1863) – entre as quais se destaca o desenvolvimento da filologia românica e o estudo histórico-comparativo das línguas oriundas do latim, a partir da obra de Friedrich Diez.

No tocante à língua portuguesa, especificamente, os trabalhos sobre as línguas românicas de Diez e posteriormente os de Meyer Lübke foram fundamentais. Tanto na Europa quanto na América, nos fins do século XIX e no XX, surgiram gramáticas históricas, dicionários etimológicos e obras de filologia e história da língua, até hoje consultados, principalmente no que se refere às origens e evolução da língua, nomeadamente nos aspectos morfológico e fonético. Destacam-se, entre outros, José Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Carolina de Michaëlis, José Joaquim Nunes, Joseph Hüber, Sousa da Silveira, Said Ali, Edwin Williams, Epifânio Dias, Serafim da Silva Neto, Edith Pimentel Pinto, Luís Lindley Cintra, Celso Cunha, Antônio Houaiss.

Os estudos dos textos, nesta época apresentavam, muitas vezes, uma perspectiva muito mais literária que linguística, utilizando a língua em análises que tinham outros objetivos que não o ato linguístico em si mesmo. Essa abrangência pode ser verificada através dos seguintes conceitos de Silva Neto (1977, p. 16):

A Linguística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas... A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas... Dizemos todos os estudos possíveis, porque, como se sabe, a Filologia na Antiguidade era o estudo dos textos; hoje porém, com o desenvolvimento científico, ela abrange os assuntos puramente sincrônicos, isto é, descrições de estado da língua.

Na metade do século XIX, a obra de Schleicher trouxe uma visão de língua como organismo vivo, com existência própria, fora dos seus falantes. Entretanto, essa concepção naturalista de língua foi criticada no manifesto neogramático, publicado em 1878. O manifesto introduz uma orientação psicológica subjetivista na interpretação dos fenômenos de mudança, passando a encarar a língua como ligada ao indivíduo falante. Para os neogramáticos, o objetivo da ciência da linguagem — entendida como apenas e necessariamente histórica — era investigar os mecanismos de mudança linguística, notadamente no campo da Fonética e da Dialetoлогия, e não somente reconstruir estágios remotos das línguas, conforme o modelo anterior. Os neogramáticos trouxeram maior rigor aos procedimentos metodológicos, resultante da crítica aos antecessores, e imprimiram uma nova direção à Linguística Histórica. Contribuíram decisivamente para os estudos históricos, resultando em um período de intensa produtividade, mesmo que muitas das formulações por eles elaboradas tenham recebido crítica de diversos linguistas e tenham sido reformuladas em trabalhos mais recentes.

No século XX é possível distinguir dois paradigmas predominantes na linguística: o *Formalismo* e o *Funcionalismo*. O primeiro tem como objetivo investigar a *forma* linguística e como os elementos e os padrões da língua são formados e organizados; ao segundo interessa observar a *função* das formas linguísticas, isto é, de que maneira esses elementos e padrões são postos em uso.

Costuma-se reunir sob o nome de Formalismo/Estruturalismo um conjunto de diferentes orientações teóricas que compartilham uma concepção imanentista da linguagem verbal, isto é, a linguagem assumida como objeto autônomo, definido por relações puramente linguísticas, internas.

As raízes dessa concepção encontram-se no trabalho de Saussure, no início de século XX. Esse pensador fixou, em seu projeto teórico, a separação metodológica entre o estudo dos estados da língua (sincronia) e o estudo da mudança linguística (diacronia), e a precedência do estudo sincrônico sobre o diacrônico. Essas diretrizes acabaram tendo um forte impacto sobre o modo como caminhou a linguística do século XX. Ela se tornou hegemonicamente sincrônica, ao mesmo tempo em que se configurou uma maneira estruturalista de ver a mudança.

De acordo com Faraco (1991), a visão de Saussure sobre as mudanças era atomista, isto é, entendia que as mudanças das línguas no tempo não se constituíam num complexo sistema de dependências recíprocas, mas apenas alteravam o valor de elementos do sistema tomados isoladamente. Faraco considera que a contribuição metodológica do Estruturalismo para a Linguística Histórica foi a exigência de se analisar a mudança sistematicamente e não isoladamente, ou seja, relacionando-as com outros elementos da língua, antes, durante e depois da mudança. Por outro lado, critica o fato de reduzir a mudança a uma questão exclusivamente imanente, como se a língua fosse uma realidade autônoma.

Foi com os linguistas do Círculo Linguístico de Praga, que as mudanças passaram a ser analisadas levando-se em conta o sistema afetado por elas. Eles entendiam que o estudo diacrônico não exclui a noção de sistema e, mais ainda, que sem essa noção seria um estudo incompleto. Esse princípio da abordagem sistêmica da diacronia foi aplicado por Jakobson, em 1931, no trabalho *Principes de phonologie historique*, no qual analisou vários casos de mudança fonológica, procurando mostrar empiricamente o significado dessa perspectiva sistêmica. A crítica costuma avaliar o trabalho de Jakobson apontando seu mérito - construção metodológica na qual qualquer mudança linguística deve ser sempre analisada sistematicamente - nas relações com os outros elementos da língua, e sua falha - reduz, ainda, a dinâmica da mudança a uma questão imanente.

O Gerativismo, que se desenvolveu nos anos 50 do século XX, a partir das ideias do linguista americano Noam Chomsky, influenciou não só a Linguística, mas também a Filosofia e a Psicologia, entre outras, trazendo uma prática científica centrada na construção de modelos teórico-dedutivos. A teoria geral da linguagem concebida por Chomsky fundamentou-se numa hipótese fortemente inatista, defendendo a ideia de que a tarefa básica da linguística seria criar a chamada “gramática universal”, um modelo dos mecanismos estruturais para a aquisição da linguagem, inato aos falantes de uma língua. No tocante à diacronia, a linguística gerativa teve dois momentos distintos. Inicialmente via a gramática como conjunto de regras e as mudanças como processos que alteravam as regras da

gramática, eliminando algumas, introduzindo novas ou ainda, reordenando sua aplicação. Com algumas mudanças teóricas, ocorridas na década de 1970, a mudança linguística passou a ser entendida como correlacionada com alterações na fixação de parâmetros, isto é, a mudança encarada como direcionada por forças internas à língua.

Os estudos formais da língua tiveram grande repercussão no Brasil. A perspectiva histórico-filológica que foi hegemônica até pelo menos o início da década de 60 do século XX deixou de ter a primazia nas investigações sobre a linguagem com a inclusão da disciplina Linguística nos cursos de Letras do país. Desenvolveram-se pesquisas sincrônicas descritivas sobre a língua contemporânea e pesquisas interpretativas teóricas, baseadas na obra de Saussure e dos estruturalistas americanos, às quais se seguiram os modelos gerativistas, estudos por natureza a-históricos. Na linha estruturalista destaca-se a obra fundamental de Mattoso Câmara que, conforme Sousa da Silveira avaliou no prefácio dos “Princípios de Linguística Geral” (CÂMARA, 1970, p 10-11), pôs ordem dentro de muito cérebro¹.

A outra linha – Funcionalismo, seguida pelos estudos da linguagem no século XX concebe a língua como integrada à vida e à história das sociedades que a utilizam. Nessa vertente, que adotamos aqui, surgiram pesquisas em diferentes áreas das ciências humanas, como a História, a Sociologia, Antropologia e a Psicologia. A preocupação em abordar a mudança linguística na perspectiva das relações entre as línguas e a realidade social e histórica das comunidades que as falam já estava presente em Meillet e Schuchardt (FARACO, 1991). Para essa linha de reflexão, os estudos da dialetologia e da sociolinguística contribuíram de forma especial. Os avanços conquistados nesse campo de estudo ganham suporte com as pesquisas sociolinguísticas de Labov (FARACO, 1991), iniciadas na década de sessenta nos EUA. Aqui a mudança ocorre num processo histórico que pressupõe sempre quadros sincrônicos de variação, envolvidos com motivações sociais.

Assim chegamos à atualidade, mais especificamente a brasileira, na qual encontramos um quadro bem diversificado de interesses da linguística histórica. Neste momento passaremos à exposição de tal configuração e de como e porque nosso projeto se filia a ele.

Enquanto se desenvolviam os estudos descritivos sincrônicos, modelos estruturalistas, seguidos dos modelos teóricos gerativistas, ambos a-históricos por natureza, outros caminhos, também sincrônicos, percorriam linguistas brasileiros, fazendo avançar o conhecimento da nossa realidade linguística. Desenvolviam e desenvolvem o que Mattos e

¹ Com relação ao estruturalismo diacrônico, destaca-se a contribuição de Mattoso Câmara, com a “História e estrutura da língua portuguesa”, editada primeiro em inglês e posteriormente traduzida e publicada no Brasil.

Silva (1999) designa por Linguística Histórica no sentido lato, que inclui descrições e interpretações sincrônicas datadas e localizadas, cabendo à *Linguística Histórica stricto sensu*, se concentrar na mudança linguística no tempo, levando em consideração fatores intralinguísticos ou estruturais e fatores extralinguísticos ou sócio-históricos e *Linguística Diacrônica*, que, tratando da mudança no tempo, se concentra no sistema ou na gramática, depreensões teóricas que subjazem às línguas históricas.

Sob a perspectiva da Linguística *Histórica lato sensu* insere-se nosso trabalho – um estudo sincrônico de textos datados dos séculos XVIII e XIX, que fazem parte do banco de dados coletado, transcrito e organizado por Fonseca (2003) e publicado em CD. Numa abordagem histórico-textual, a pesquisa de textos representativos de sincronias passadas busca o vínculo entre as interações verbais e as interações sociais mais amplas, relacionando-as aos processos dialógicos e aos gêneros discursivos. Essa abordagem “é pertinente e a funcionalidade da articulação é muito produtiva, tanto para *corpora* falados como escritos, extraídos de diferentes práticas discursivas.” (BRAIT, 2002).

Tomando-se como base o princípio metodológico, aceito pelos linguistas deste século, de que os estudos sincrônicos precedem os diacrônicos, aceitamos que, para se revelar as mudanças ocorridas, por exemplo, no português entre os séculos XVIII e XX, é necessário que se tenham em mãos os resultados de pesquisas dos vários estados da língua, para posteriores estudos comparativos e se tenha, efetiva e claramente, o percurso de eventuais mudanças.

Em concordância com as ideias de Coseriu (1987), entendemos que a língua deve ser vista como um sistema em constante movimento, em permanente sistematização, e assumimos com ele o ponto de vista de que as línguas são objetos históricos e, por isso, seu estudo deve envolver descrição e história de forma integrada.

Partindo-se do princípio de que condições sócio-históricas de produção se refletem em marcas textuais próprias, buscamos verificar os fenômenos linguísticos de uma perspectiva histórico-textual, com base nos níveis de análise linguística apresentados por Coseriu (1987).

Ao considerarmos que a língua se constitui e é constituída na interação, significa que a tomamos como *atividade*. Conforme Coseriu (op. cit.), a linguagem enquanto *atividade* pode ser abordada sob três aspectos: do ponto de vista *universal* – o falar como atividade linguística concreta, tomada no seu aspecto geral; *histórico* – a língua é acervo idiomático, é a língua enquanto “saber falar” segundo uma tradição de uma comunidade; e *particular* – discurso, ato ou série de atos de indivíduos em tal oportunidade. Neste trabalho, nosso

enfoque será histórico/particular, em que o falar é produto da língua (produto histórico) presentificado nos textos de determinada comunidade em consonância com determinadas condições de produção.

De acordo com Schlieben-Lange (1993), *em situações históricas determinadas, falamos em formas de textos, orientados para uma finalidade*. O estudo de Fonseca (2003) já nos fez conhecer a realidade do *corpus*, suas características textuais e linguísticas através da descrição desses textos, situados em seu contexto de produção. Agora, pretendemos aprofundar no conhecimento de um dos aspectos textuais descritos em seu trabalho – processos de referenciação, a partir de teorias discursivas, na tentativa de ampliar o conhecimento do uso da língua nessa instância comunicativa.

Consideramos o desejo de realizar a pesquisa um desafio instigante, que nos levará a casar teorias e interesses diversos, mas não excludentes, para chegar a uma análise linguística mais abrangente. Através dos postulados da Linguística Textual (KOCH & MARCUSCHI, 1998; KOCH, 2001, 2003), que hoje tem entre seus enfoques a referenciação. Pautada em uma perspectiva discursiva, essa atual linha de pensamento sobre os processos de referenciação, norteará nosso estudo. Esperamos extrair informações valiosas para os estudos da Linguística Histórica, contando, com isso, contribuir para a história social e linguística do português no Brasil que, segundo Mattos e Silva (2004), “passados quase cinco séculos, está ainda por ser reconstruído, com o detalhamento possível...”.

Aqui concluímos nossa viagem histórica. Deve ter ficado claro que nesses séculos de estudos ampliamos muito nosso conhecimento factual da história de várias línguas, elaboramos e refinamos procedimentos metodológicos, e temos especulado bastante sobre a mudança linguística. Encerramos, assim, nossa seção sobre a perspectiva histórica – através do “túnel do tempo” da Linguística Histórica. Passeio introdutório que é, teve por objetivo apenas situar o leitor no contexto da disciplina que estuda a história das línguas e suas atuais perspectivas. Esboçamos rapidamente como fizemos nossa pesquisa dentro das novas orientações que esse campo do saber tem permitido.

1.2 A PERSPECTIVA TEXTUAL

Na realidade, toda palavra comporta duas faces.
(Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*).

Os estudos descritivos da língua, a que se convencionou chamar de Linguística Moderna centram-se principalmente nos níveis fonético-fonológico, morfológico e sintático.

Essas unidades básicas de estudo foram evoluindo até chegar à frase. Como vimos anteriormente, esses estudos foram preponderantes no cenário mundial até meados do século XX. Desde então ocorreu um redirecionamento do objeto de estudo da linguística, muitas outras tendências e teorias surgiram nesse momento de grande efervescência das ciências da linguagem.

É no início dos anos de 1970 que assistimos ao reconhecimento de que os estudos linguísticos não deveriam ser circunscritos à análise gramatical no nível da sentença, mas tomar por objeto o uso efetivo da língua através dos textos. Até então o predomínio dos estudos dos textos era com preocupação filológica – edições críticas de textos literários, preservá-los, torná-los acessíveis a vários tipos de leitores - na busca de se construir a prescrição do que era “correto” dizer e como dizer.

O surgimento da LT mudou esse direcionamento. O foco passou da palavra ou frase para o texto, considerado como unidade básica de comunicação humana. A história da constituição do campo da LT, segundo Bentes (2004), não se deu de forma homogênea, e de forma geral é possível distinguirmos três momentos - preocupada inicialmente com a *análise transfrástica*, depois com a construção de uma *gramática de texto*, e por último os estudiosos intentaram elaborar uma *teoria do texto* – com abrangências e objetivos bastante diversos entre si.

Essa disciplina surgiu com o propósito de explicar os fenômenos linguísticos impossíveis de serem entendidos através da linguística frasal, ou seja, dar conta de eventos que ficavam à margem nas análises estruturalistas. Alguns estruturalistas já haviam percebido a necessidade de buscar novos caminhos nessa direção. Como exemplo citamos Jakobson, membro do Círculo linguístico de Praga, que, ao redefinir e ampliar o estudo das funções da linguagem, já anunciava a dimensão textual-discursiva nos modernos estudos da linguagem.

Apesar de ter recebido influências dos estudos remotos sobre texto, a LT difere deles pelo modo como vê o texto. Não o vê como objeto para análise literária nem filológica. Sua tarefa é tratar, segundo Marcuschi (1983), “dos processos e das regularidades gerais e específicas segundo as quais se produz, constitui, compreende e descreve o fenômeno texto”.

Este autor defende, ainda, que a LT deve ser vista genericamente “como o estudo de operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais”. Segundo ele ainda, mais atualmente, pode-se chamar a LT como “uma disciplina de caráter multidisciplinar, dinâmica, funcional e processual, considerando a língua como não-autônoma nem sob seu aspecto formal” (MARCUSCHI, 1998).

Atualmente, na LT adota-se a perspectiva sócio-interacional no tratamento da linguagem, voltada para os processos e estratégias sócio-cognitivas envolvidas no processamento textual. Diversas são as áreas para onde se voltam as pesquisas nesse campo, destacamos aqui as que se dedicam ao estudo dos gêneros textuais, enfatizando a questão da tipologia textual, da referenciação (aspecto por nós analisado) e do estudo do texto falado. Além dessas abordagens citamos também a aplicação de conceitos básicos da LT à alfabetização, aquisição da escrita e ao ensino de língua materna. Abrimos aqui um parêntese para apresentar considerações sobre o objeto de estudo da LT: o texto.

O objeto de estudo da LT – o texto –, devido às diversas formas como tem sido abordado por vários estudiosos, merece um esclarecimento. Em obra recente, Beaugrande (1997) define texto como sendo “um evento comunicativo em que convergem as ações linguísticas, cognitivas e sociais, e não apenas a sequência de palavras que são faladas ou escritas”.

Com a consolidação, nos últimos trinta anos, do paradigma funcional ou discursivo nos estudos linguísticos, surgiram alguns conceitos básicos regularmente utilizados, cujas fronteiras são muito difíceis de estabelecer. Um bom exemplo disso são os termos *texto* e *discurso*, que embora usados, no início das obras da LT eram concebidos de forma bem diversa, hoje têm seus conceitos cada vez mais imbricados. Em nosso trabalho, para fins de estudo, as tomaremos como entidades teoricamente afins.

A partir daqui, passaremos ao esboço de alguns conceitos chaves com que trabalha a LT e que serão de grande importância para a concretização dos objetivos propostos nesse trabalho. Passaremos, então, das considerações quanto à constituição do campo e seus objetivos, para as definições com que trabalhamos na pesquisa.

1.2.1 Texto e sentido – o quê, onde?

Esta seção destina-se à apresentação de um esboço dos avanços obtidos pela LT no que diz respeito aos textos, considerados como unidades comunicacionais por excelência. O desenvolvimento e consolidação da LT como disciplina teve como pano de fundo a construção de um conceito de texto.

Nos períodos da “análise transfrástica” e da elaboração de “gramáticas textuais”, as propriedades definidoras de um texto estavam expressas principalmente na forma de organização do material linguístico, ou seja, o texto era visto como uma estrutura acabada e pronta. Várias outras definições poderiam ser arroladas aqui exemplificando esse período,

mas não é nosso interesse um estudo exaustivo, mas apenas resumitivo. É importante ressaltar que todas elas deixavam de lado o que Leontév (1969)² considerava essencial: o fato de que o texto não existe fora de sua produção e recepção.

Considerar as condições de produção e de recepção de textos significa encarar o texto não mais como uma estrutura acabada (produto), mas como parte de atividades globais de comunicação. Chegamos assim à fase interessada em elaborar uma teoria do texto. Nesta fase, segundo Koch (1997), as atenções estão voltadas para a compreensão do texto no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção.

Neste diapasão, para a definição de texto, devemos levar em conta que: a produção textual é sempre uma atividade verbal, ou seja, os falantes, ao produzirem um texto, estão produzindo ações, atos de fala; a produção textual é uma atividade verbal consciente, isto é, é uma atividade intencional, por meio da qual o falante dará a entender seus propósitos, sempre levando em conta as condições em que a atividade é produzida; em decorrência disso, o sujeito falante sabe o que faz, como faz e com que propósitos faz – já que entendemos que dizer é fazer; a produção textual é uma atividade interacional em que seus interlocutores estão obrigatoriamente envolvidos no processo de construção e compreensão de um texto. Aqui lembramos as palavras de Bakhtin (1981):

Na realidade toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém... Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade.

Depreendemos do exposto que o conceito de texto está atrelado a dois outros: sujeito e sentido³. Para a concepção interacional de texto, acima esboçada, os sujeitos são atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos. E o sentido do texto onde está? Ele é construído na interação texto/sujeitos. Não é algo que preexistia a essa interação, mas que se constitui a partir de elementos presentes na superfície textual aliados a outros elementos do contexto sociocognitivo mobilizados na interação. Eis então o conceito de texto de Koch (1997):

[...] uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos

² Leontév (1969) é citado em Bentes, 2004, p. 254.

³ Para maiores esclarecimentos, ler POSSENTI, S. (1993). Concepções de sujeito na linguagem. Boletim da ABRALIN. São Paulo, USP, 13, pp. 13 – 30.

semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Isso posto, chegamos a um outro ponto: o sentido.

Onde, pois, está o sentido de um texto? Ao aceitarmos o texto como lugar próprio da interação e os sujeitos como construtores ativos, o sentido é, logo, “construído na interação texto/sujeitos (ou texto-co-enunciadores) e não algo que preexista a essa interação” (KOCH, 2006, p. 17). Com isso percebe-se que a noção de texto vem incorporando a visão das realizações linguísticas como expressão das circunstâncias sociais nas quais elas se reproduzem. A coerência deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto, passando a dizer respeito ao modo como os elementos presentes na superfície textual, aliados a todos os elementos do contexto sociocognitivo mobilizados na interlocução, vêm a constituir, em virtude de uma construção dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos.

Aceitamos, pois, como mais produtivo a ideia de texto como uma unidade social e contextualmente completa, logo, considerando seus aspectos discursivos, já que nosso propósito é estudar a linguagem dos ofícios levando em conta a interação de fatores contextuais e contextuais. Ou seja, o interno – estritamente linguístico em função do externo, que o completa. Nessa direção, o próximo capítulo nos guiará pelos caminhos do gênero textual, característica importante a se considerar, quando se enfoca o texto sob a perspectiva adotada.

2.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE OS GÊNEROS

Os usos sociais da língua diversificam-se conforme a diversidade de ações que se realizam nas interações discursivas. A maioria das situações de uso interacional da língua, nas sociedades organizadas, é convencionalizada e repetida na própria dinâmica das atividades sociais, tanto no plano privativo quanto no público e no comunitário.

A ideia de que os gêneros textuais são fenômenos históricos já está enraizada em nossa sociedade. Fruto de um trabalho coletivo, eles ajudam a estabilizar as atividades comunicativas, apesar de serem formas de ação social incontornáveis em qualquer dessas atividades. É essa noção de gênero como um modo de organização do acontecimento enunciativo em “formas relativamente estáveis de enunciados” a maior contribuição de Bakhtin (2003) para os estudos linguísticos contemporâneos.

Caracterizada por três aspectos, a busca da estabilização se dá através da seleção de temas, da escolha dos recursos linguísticos e das formas de composição textual. Juntos eles dão a forma aos gêneros tornando-os altamente preditivos e interpretativos das ações humanas, permitindo a pronta identificação e reconhecimento por parte da maioria das pessoas que vivem nas culturas em que determinados gêneros são de uso comum. Ou seja, o reconhecimento e a produção de gêneros textuais fazem parte da competência comunicativa do indivíduo facilitando suas relações, como bem escreveu Bakhtin (2003, p. 283):

Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (...). Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um dos nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.

Os gêneros, seguindo-se a perspectiva bakhtiniana, são vistos como fenômenos contextualmente situados e construídos na interação comunicativa, sendo compreendidos a partir de sua natureza sócio-histórico-cultural, havendo uma relação indissociável entre gênero de discurso e esfera da atividade humana em que é produzido.

Alguns gêneros são mais livres que outros, como, por exemplo, os usados nas interações cotidianas; outros são mais padronizados, como por exemplo, os gêneros falados e escritos nas burocracias institucionais, como é o caso do *corpus* deste trabalho. De tudo que se disse até aqui sobre gêneros textuais depreendemos que todos os enunciados dispõem de uma forma padrão e de uma estabilidade relativa. Ressaltamos, entretanto, que os gêneros sofrem mutações (MAINGUENEAU, 2001); eles surgem, mudam, evoluem, decaem e desaparecem de acordo com as transformações pelas quais passam as sociedades.

Adotando as posições defendidas por Bakhtin (2003) e Bronckart (1999), Marcuschi define gênero textual como “uma noção vaga para referir textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (MARCUSCHI, 2002, p.22).

Tributária da visão bakhtiniana, a concepção de gênero de John Swales (1990), admite que eles podem ser vistos como o resultado das práticas discursivas convencionadas e institucionalizadas de comunidades discursivas específicas. Esse conhecimento convencionado confere uma vantagem aos membros de uma comunidade discursiva, que, por isso, identificam e utilizam com mais frequência tais gêneros. Apesar de podermos identificar os gêneros por características típicas, eles podem ser modificados, manipulados de acordo com as condições de uso. Esse fato só confirma a opinião de Bakhtin a respeito da relativa estabilidade dos gêneros.

Assim, visando a uma economia tanto do ponto de vista pragmático-comunicativo quanto linguístico-cognitivo, cada esfera de utilização da língua elabora, segundo Bakhtin, gêneros do discurso próprios cuja estabilidade é determinada pelas coerções dos três elementos que os caracterizam (tema, composição e estilo).

Dialogando com o conceito de gênero do discurso de Bakhtin, procurarei trazer o conceito de tradição discursiva conforme exposto no quadro teórico proposto por Coseriu (1987) que distingue três aspectos ou níveis linguísticos:

El lenguaje es una actividad humana universal que se realiza individualmente, pero siempre según técnicas históricamente determinadas [...] En el lenguaje se pueden, por tanto, distinguir tres niveles: uno universal, otro histórico y outro individual [...] (p.269).⁴

⁴ “A linguagem é uma atividade humana universal que se realiza individualmente, porém sempre segundo técnicas historicamente determinadas [...] E na linguagem se pode, portanto, distinguir três níveis: um universal, outro histórico e outro individual [...]” (Coseriu, 1987, p. 269, tradução nossa)

Os aspectos universais da linguagem dizem respeito ao fato de que toda atividade de fala supõe sempre o ato de referir a objetos, de predicar, orientar os enunciados no tempo e no espaço, usar de diferentes tipos de contexto e atribuir sentidos discursivos, tendo em vista motivações pragmáticas específicas. A manifestação individual do linguístico diz respeito ao enunciado em sua atualidade, enunciado que se concretiza por meio de enunciações denominadas discursos e se realizam em textos. No nível histórico, Oesterreicher (2002) distingue dois aspectos: a historicidade linguística que deriva do fato de que uma língua é um saber comum de uma comunidade historicamente dada e a historicidade textual, dada pela história dos textos ou discursos.

[...] aspectos relacionados con la historicidad del lenguaje humano: en primer lugar se trata, claro está, de las lenguas o idiomas como estructuras y técnicas históricas, constituidas por reglas fónicas, morfosintácticas, léxicas, proposicionales etc. En este nivel histórico no hay que olvidar la importancia de las llamadas *tradiciones discursivas*, las cuales, por regla general, no se reducen solo a una determinada comunidad lingüística. Estas ofrecen modelos para la producción y recepción discursivas, que valen tanto para el ámbito de la oralidad, como para el de la escrituralidad. Los hablantes suelen cumplir con las exigencias de los respectivos modelos discursivos, así como respetar las reglas lingüísticas y los estilos correspondientes a cada uno de dichos modelos. (p. 345).⁵

Assemelhando-se ao conceito bakhtiniano de gênero discursivo, percebemos como Coseriu ressalta que o princípio da existência das tradições discursivas deriva do princípio da economia da atuação humana e, do fato de que é mais econômico repetir um texto ou um esquema textual guardado na memória do que criar um texto totalmente novo.

Dessa forma, seguindo Bakhtin, mas atenta às contribuições que o conceito de tradições discursivas pode acrescentar para iluminar a análise do objeto, escolhi como primeiro critério para a caracterização dos ofícios a temática, aqui denominada *propósito comunicativo*, a exemplo de Silveira (2002), isto é, o conteúdo neles veiculado. Já que o *corpus* coletado apontou para uma heterogeneidade de propósitos muito grande, fomos levados a procurar estabelecer um conceito de *ofício* com base no Manual de Redação da Presidência da República (1998) e em dicionários. Sobre esse aspecto trataremos na seção seguinte.

⁵ “[...] aspectos relacionados com a historicidade da linguagem humana: em primeiro lugar se trata, está claro, de línguas ou idiomas como estruturas e técnicas históricas, constituídas por regras fônicas, morfosintáticas, léxicas, proposicionais, etc. Neste nível histórico, não se pode esquecer a importância das chamadas tradições discursivas, as quais, por regra geral, não se reduzem somente a uma determinada comunidade linguística. Estas oferecem modelos para a produção e recepção discursivas, que valem tanto para o âmbito da oralidade, como para a da escrita. Os falantes geralmente cumprem com as exigências dos respectivos modelos discursivos, assim como respeitam as regras linguísticas e os estilos correspondentes a cada um dos ditos modelos” (Oesterreicher, 2002, p. 345, tradução nossa).

2.2 O OFÍCIO: UM TIPO ESPECÍFICO DE CARTA

Alguns estudos vêm descobrindo a existência de segmentos – unidades e subunidades – pertencentes aos ofícios. Silveira (2002) traz algumas características peculiares aos ofícios atuais e seu contexto institucional de produção, destacando que esse gênero textual é uma das materializações do discurso institucional, com organização e linguagem típicas, visando sempre ao controle, ao formalismo, à impessoalidade, à racionalização e ao profissionalismo.

Desse modo, o texto deve se adequar às exigências institucionais – reguladoras das ações humanas nessa esfera, devendo-se levar em conta a audiência, já que, como argumenta Silveira, os ofícios são formas de comunicação entre instituições juridicamente constituídas, em que os sujeitos não são simples locutores e alocutários, como pessoas portadoras apenas de suas subjetividades, mas entre enunciadores/enunciatórios, pois eles são idealizados como portadores de outras vozes – as instituições falam pelas bocas dos seus representantes oficiais.

Nessa perspectiva os gêneros são entendidos como uma prática social reconhecida por parâmetros, convenções, que podem ser modificadas em seu uso para atender às necessidades da situação comunicativa. Não nos estenderemos mais nesta questão, porque nosso objetivo não é estudar o gênero ofício em todos os aspectos de forma, função e conteúdo, mas observá-lo e descrever seus modos de organização do dizer sob a lupa dos processos de referenciação que demonstrem o envolvimento subjetivo do locutor, ou seja, a pessoalidade, sua avaliação.

Os documentos oficiais, juntamente com as cartas, constituem-se gêneros textuais importantes para a história das línguas. Eis mais um porquê de nossa escolha de trabalhar com os ofícios, já que são esses documentos – não literários – portadores de um valor muito grande como fontes de informação para o conhecimento da língua da Paraíba nos períodos colonial e imperial.

De acordo com Silveira, nas cartas comerciais e oficiais além da ênfase à informatividade, deve-se atentar também, e principalmente, para os *atos de fala* expressivos e diretivos, por meio dos quais o falante tenta influenciar o comportamento do interlocutor, geralmente utilizando estratégias argumentativas baseadas em elementos que dão legitimidade a esses atos de fala. Neste caso, as relações interpessoais são mantidas formalmente, e recebem um tratamento de suposta neutralidade, em favor de uma recomendada objetividade.

Segundo Swales (1990), os exemplares de um gênero exibem vários padrões de semelhança em termos de estrutura, estilo, conteúdo, audiência e propósito comunicativo. Para este autor, o traço distintivo mais importante de um gênero é o seu propósito comunicativo, que é reconhecido, aceito e compartilhado pelos membros da comunidade de discurso em que o gênero se insere.

Nessa perspectiva, o ofício é um tipo de correspondência oficial que se presta a vários propósitos comunicativos, geralmente circunscritos à administração pública, visando à comunicação e ao intercâmbio entre instituições públicas - e também entre estas e as instituições privadas. Apesar dessa variedade de propósitos, o caráter institucional das audiências, o formato, a formalidade da linguagem, o tratamento retórico, a estrutura textual-discursiva e as expressões formulaicas resguardam a sua identidade como gênero exclusivo da burocracia administrativa. A seguir temos um estudo mais detalhado dos ofícios que compõem o *corpus* usado nesta pesquisa.

2.2.1 Os ofícios na burocracia paraibana dos séculos XVIII e XIX

A diversidade tipológica dos textos que circulavam no Brasil colonial e imperial, segundo Martinheira (1997), podia variar em decorrência de diversos fatores: da autoridade que expedia o documento, de quem fazia cumprir, a quem competia executar e ainda em decorrência das “circunstâncias do exercício, estruturação e divisão dos poderes legislativo, executivo e judicial e ainda consoante os regimes políticos” (MARTINHEIRA, 1997). No caso em questão — os ofícios — estes podiam ser enviados por diversas autoridades, inclusive os Secretários de Estado e Tribunais.

Os estudos de Fonseca (2003) concluíram que os documentos, constituintes do *corpus* desta pesquisa, tratam dos mais variados assuntos e se prestam aos mais variados propósitos, além de cumprirem com as exigências formais desse gênero textual: local, data, cargo de quem enviou e para quem foi remetido. É o gênero mais frequente, já que é através dele que se faz a correspondência dos assuntos corriqueiros da administração. Passemos a uma breve incursão através do contexto de produção desses documentos.

As relações burocráticas e administrativas do Brasil Colônia assemelhavam-se aos modelos de Portugal, com os cargos públicos sendo bastante valorizados. Do mesmo modo, os textos burocráticos eram semelhantes aos da metrópole. Desde o período colonial, os padrões do governo e das instituições oficiais brasileiras baseavam-se em formas advindas de Portugal, ou das outras colônias portuguesas. O acesso às colocações mais importantes era

restrito aos portugueses continentais. Posteriormente, também os habitantes da colônia tiveram acesso a elas. Muitas vezes as pessoas preenchiam mais de uma função pública, colocando representantes para substituí-las. Além disso, cargos da burocracia profissional podiam ser comprados ou adquiridos como recompensa oferecida pela Coroa e, nesses casos a habilidade não era levada em consideração no momento em que as indicações eram feitas. Daí deduz-se que a função não era puramente burocrática, já que permitiam à Coroa garantir lealdade e recompensar bons serviços.

O volume de textos escritos, produzidos no Brasil, cresceu lado a lado com sua importância junto à metrópole. Os textos escritos que circulavam no Brasil até a chegada de D.João VI, em 1808, eram predominantemente manuscritos, já que as tipografias eram proibidas. Segundo Acioli (1994), esses textos apresentam influência ibérica tanto no aspecto paleográfico quanto no diplomático. Ela aponta como justificativa o fato de a escrita latina ter sido introduzida no Brasil pelos portugueses numa época em que, com a difusão da imprensa, decaía consideravelmente a produção manuscrita do livro, generalizando o uso da letra cursiva para a redação de documentos.

É dentro desse contexto de produção que encontramos os documentos usados nesta pesquisa. A seguir, destacaremos algumas características de tais cartas, enquanto documentos oficiais da administração pública colonial paraibana.

A linguagem burocrática, registro linguístico de uso na burocracia administrativa, é reconhecida por sua difícil categorização e uso específico nas instituições públicas e privadas, além de ser mais frequente na modalidade escrita. Está presente em vários gêneros de documentos e publicações oficiais do serviço público federal, estadual e municipal, e aparece também na correspondência oficial e empresarial. Segundo Mendonça (1985),

É difícil caracterizar o burocratês. Não é um dialeto da língua porque não é adquirido naturalmente, não é delimitado geograficamente, não é excluído das relações oficiais e goza de maior prestígio que a língua padrão... No caso brasileiro, é uma subvariedade linguística profissional da língua portuguesa, baseada na linguagem jurídica, adquirida artificialmente através de procedimentos preestabelecidos.

Segundo essa autora, a linguagem dos escritos oficiais detém um poder específico, seus atos normativos obedecem a disposições constitucionais e a certa tradição. Como exemplo, citamos a norma, estabelecida no período imperial brasileiro mantida no republicano, da obrigatoriedade de se fazer referência, no final dos atos, ao número de anos transcorridos desde a Independência. Outras práticas, entretanto, foram incorporadas nas

comunicações oficiais ao longo do tempo, como certos clichês de redação, as formas de tratamento e de cortesia.

Devemos também, levar em consideração três aspectos relevantes com relação à carta oficial. A princípio observamos que a linguagem burocrática está ligada ao um uso específico em instituições públicas, logo seu uso é regulado e normatizado (MENDONÇA, 1987). Em segundo lugar, trata-se de um texto escrito, o que possibilita um maior planejamento e acréscimos de informações suplementares, notas e apontamentos. A redação nesse tipo de texto não se encontra condicionada pela falta de tempo. Em terceiro lugar, caracteriza-se pela ausência do interlocutor no momento de sua produção.

As cartas do *corpus* estão inseridas numa situação de formalismo, de controle social e de uso da linguagem relacionada ao poder. O que se espera das pessoas que exercem cargos públicos é que elas pensem no interesse público, no interesse do rei. Muitas cartas trazem a importância de exercerem determinados cargos públicos e como isso deve ser valorizado pelos subordinados, que devem demonstrar gratidão pela escolha, através de um comportamento adequado.

Os autores e destinatários dessas cartas relacionam-se com a administração da capitania e vilas paraibanas. Muitos redatores – escrivães, secretários – são profissionais, que apresentam, em maior ou menor grau, o conhecimento das normas da escrita e de escolaridade. Encontram-se em um mesmo documento, características linguísticas mais formais ao lado de variantes linguísticas de menor prestígio.

No momento da escrita, os produtores têm em mente um destinatário específico e compartilham do conhecimento necessário para identificar os referentes, não sendo preciso explicitar todas as informações. São vários os textos em que há o predomínio da referência contextual, o que gera a necessidade de que um outro leitor – não o destinatário das cartas – recupere o conhecimento de determinadas situações e acontecimentos aludidos pelo autor, para que o sentido da informação seja compreendido. Essa característica fere o princípio da publicidade requerida nesse gênero textual. A falta de uma maior explicitação dos fatos narrados torna-se um entrave ao entendimento de leitores posteriores ao destinatário original.

Além de revelar aspectos ligados diretamente à administração da capitania e seus termos, o léxico desses documentos desvenda ainda fatos da vida do cidadão comum por trás da autoridade: suas relações, seus interesses e problemas (saúde, educação, segurança pública), que são refletidas em verbos, palavras, locuções. São nesses “lapsos” que contamos encontrar a avaliação, a personalidade do sujeito autor na produção de um documento oficial.

De acordo com Fonseca (2003), os manuscritos relacionados à burocracia brasileira na época colonial tinham como modelo os textos produzidos em Portugal. Os autores procuravam redigir de acordo com a cultura escrita, a fim de obterem a aceitação de seus escritos. Os documentos demonstram essa preocupação e, em geral, buscam seguir as tradições discursivas do gênero adotado, preservando certa regularidade no que se refere ao tipo de registro, às convenções, à composição. Os textos refletem relações sociais marcadas pelas conveniências, e a linguagem é utilizada como reguladora das relações de trabalho, o que gera uma série de restrições que se refletem na padronização dos textos e na formalidade no uso da língua.

Nos dias atuais, conforme o Manual de Redação da Presidência da República (1998) e os dicionários, por exemplo, temos que ofícios são:

- *Aviso* e *ofício* são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares. (MRPR, p. 14, 1998);
- Documento de correspondência entre autoridades ou dos inferiores aos superiores. (Aurélio, 2001).

Comparando esses dois excertos e o que foi apresentado por Fonseca (2003), podemos verificar que hoje o conceito de ofício não se distingue do usado na sincronia enfocada. Tanto “ontem” quanto “hoje”, seu uso é comum entre autoridades e entre inferiores e seus superiores. O nível de interlocução permanece o mesmo.

Apesar do formalismo, do estilo árido e estereotipado desse gênero, esperamos que esses textos possam retratar variações no trato das informações trocadas dentro do aparelho administrativo da Paraíba colônia/império. Pelas razões até aqui descritas, esses documentos, gerados pela administração pública, revelam-se bastante adequados para o estudo da linguagem utilizada na época, e mais especificamente, a caracterização da personalidade, da avaliação, não esperadas neste gênero textual.

Tendo no horizonte a complexidade e o papel restritivo que todo trabalho de classificação pressupõe, por uma questão metodológica, fizemos um agrupamento desses ofícios de acordo com o propósito comunicativo, e sobre isso falaremos mais detidamente no capítulo destinado a discorrer sobre a metodologia.

REFERENCIAÇÃO - *ALGUMAS PALAVRAS*

3.1 UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

A visão clássica, que concebe a referência como uma associação direta das sequências da língua a determinados segmentos da realidade, vem-se perpetuando em muitos estudos linguísticos. Percebemos que essa concepção tem suas raízes na própria etimologia da palavra *referir* vinda do latim “referre”, que, por sua vez, se originou do grego “anapherein”, com o significado de “trazer para trás”, “lembrar” ou “repetir”. Com base nesse valor etimológico, sustentou-se a ideia de que a anáfora acontece quando um pronome se refere a seu antecedente.

Para alguns autores, como Halliday e Hasan (1976), o próprio conceito de referência restringe-se à referência anafórica e equivale a um processo de substituição, com o pronome referindo-se ao seu antecedente.

Vemos, espelhada nessa concepção de referência, uma outra muito forte da linguística tradicional: a concepção de língua como representação da realidade. Essa visão defendia que a língua rotulava os seres no mundo, tornando-os assim “objetos de mundo”, como se a língua fosse simplesmente um mapeamento dos objetos que existem na realidade. Referência aí era entendida como correspondência entre as coisas e as palavras, como a metáfora do espelho (difundida nos primeiros estudos sobre referência), que afirmava ser o discurso uma representação do mundo objetivo, discretizado. As limitações dessa perspectiva são evidentes desde o momento em que se nota que ela não dá conta da maleabilidade na construção dos referentes no discurso, por isso não a adotaremos. A título de esclarecimentos arrolamos aqui um básico exemplo de como se procede a uma “análise textual” nestes termos.

01 – “Na embarcação desconfortável, tosca, apenas quatro passageiros.

02 – Uma lanterna nos iluminava com uma luz vacilante: um velho, uma

03 – mulher com uma criança e eu. O velho, um bêbado esfarrapado,

04 – deitara-se de comprido no banco, dirigia palavras amenas a um

05 – vizinho insensível que agora dormia.

(conto de Lygia Fagundes Telles. Prottexto). (Cavalcante, 2003, p.109).

Listamos abaixo os elementos de coesão para dar uma ideia do tratamento do texto segundo a ótica acima descrita. À esquerda estão os elementos que pressupõem outros para

sua interpretação, à direita, os pressupostos. Os números entre parênteses referem-se às linhas numeradas no texto, para mais fácil identificação.

1. Referência

Anáforas

- a) quatro passageiros (01) – um velho, uma mulher com uma criança, eu (02)
- b) O velho (03) – um velho (02)
- c) O velho (03) – um bêbado esfarrapado (03)

2. Elipse

- a) deitara-se (04) – o velho (03)
- b) dirigia (04) – o velho (03)

De acordo com Possenti (1988), o levantamento dos elementos de coesão acima listados, que não passa de uma lição de leitura, revela bem o tipo de análise que se pode fazer em um texto a partir do conceito do mesmo, como estrutura semântica, definição dada por Halliday e Hasan (1976). Em um trabalho anterior, Halliday (1970) atribui três funções à linguagem: a ideacional, a interpessoal e a textual. Segundo Possenti (1988), as funções se superpõem ao se exigir, do texto, a situacionalidade apropriada, o que envolve, claramente, a função ideacional, e em especial, a interpessoal. Ele nos diz ainda que “é justamente por causa dessa superposição das funções, que é possível ir além da mera lição de leitura” (POSSENTI, 1988, p. 95), para se verificar, por exemplo, de que maneira os próprios elementos coesivos exercem um papel na função ideacional (já que não são sinônimos estritos) ou na função interpessoal (por exemplo, que tipo de pressuposições estes elementos fazem em relação aos interlocutores do texto). Num outro nível, o pretendido por nós nesta pesquisa, busca-se, com base num levantamento dos elementos dos processos referenciais preferidos pelos autores dos ofícios, estabelecer suas marcas avaliativas, sua subjetividade. Para isso tomaremos por base outra visão da referenciação, exposta a seguir.

A perspectiva teórica adotada neste trabalho, defendida pelos autores franco-suíços Apothéloz, Reichler-Béguelin, Mondada e Dubois, dentre outros, e difundida no Brasil por pesquisadores como Koch, Marcuschi, Jubran e Cavalcante, fundamenta-se na concepção de linguagem como atividade de interação verbal e, conseqüentemente, como manifestação de uma competência comunicativa que se concretiza por meio de textos, em cujo processamento convergem ações linguísticas, discursivas e interlocutivas. Focaliza a referenciação levando em conta a complexa relação estabelecida no discurso, entre linguagem, mundo e pensamento.

Tal posicionamento concebe o *referente* não como objeto de mundo em si mesmo, mas como uma representação “fabricada” do que existe na realidade, estabelecendo, numa

trajetória circular, numa íntima relação entre língua, prática comunicativa, referentes e significados.

Neste sentido, arrolamos aqui a ideia de Foucault (1968, p. 23 apud POSSENTI, 1988, p. 196), para quem a questão colocada pelo discurso é: como um enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar? Cremos que se pode tomar esta questão como guia e perguntar, a cada retomada, porque um dos elementos possíveis apareceu e nenhum outro em seu lugar. Não se trata, somente, da questão do sentido, do papel semântico das expressões referenciais, mas também de suas condições de aparecimento. Interessa-nos saber o que elas significam, ao excluir outras, “em que condições elas aparecem, a partir de que representações, com que efeitos, com que finalidade está aí?” (POSSENTI, 1988, p. 96).

3.2 REFERENCIAÇÃO, DISCURSO E SENTIDO(S)

A visão clássica de referência, que toma a língua como espelho da realidade idealiza um mundo "cartográfico", onde, para cada entidade, há uma palavra correspondente. Pressupõe-se, assim, uma realidade de coisas preexistentes aos sujeitos que se referem a elas e não se considera a atividade cognitiva e interativa desses sujeitos falantes. Foi dentro dessa perspectiva que se concebeu, originalmente, a anáfora, fenômeno que se restringia aos casos de repetição de um sintagma e a outras situações de correferencialidade, como no exemplo abaixo:

(1) E porque me consta *que* o mencionado **Bacharel Manuel Pacheco de Paiva**, /*que* actualmente o ocupa, Se achar em diligencia fora dessa cidade, ordeno a /V. S^a *que* tanto *que* receber apresente, lhefaça logo saber, onde estiver, esta /minha determinação para **elle** assim oficar entendendo. (C 03 – *corpus*)

Neste caso, como se percebe, o pronome "elle" retoma "Bacharel Manuel Pacheco de Paiva", estabelecendo entre as duas expressões uma relação de correferencialidade, já que ambas têm o mesmo referente. Entretanto, esse conceito falha, quando deparamos com expressões que, remetendo aos elementos da situação discursiva e/ou ao conhecimento compartilhado pelos falantes, não são correferenciais e nem co-significativas em relação aos seus antecedentes, e que, para serem corretamente interpretadas, dependem essencialmente da troca de informações e dos processos de inferenciação que se realizam durante o discurso.

Em razão dessas considerações, aceitamos como pressuposto que as expressões referenciais não estão limitadas a relações entre termos, que mantêm uma correspondência biunívoca com coisas ou estados de coisas. Como dito no princípio do capítulo, tomamos como base a posição dos autores Apothéloz, Reichler-Béguelin, Mondada e Dubois, dentre outros, que vem sendo difundida no Brasil por Koch, Marcuschi, Jubran e Cavalcante. Para este grupo de pesquisadores a referenciação diz respeito a um processo de construção de objetos discursivos, que se realiza através de negociações e modificações, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve.

Sob esse ponto de vista, não há uma estabilidade *a priori* no mundo e na língua, pois os efeitos de objetividade e realidade que criam a estabilidade não são dados, mas sim frutos dos processos de interação entre os falantes, já que, nem os significados das palavras ou dos referentes pelos quais os sujeitos compreendem os objetos mundanos, nem mesmo os próprios objetos do mundo são estáveis e imutáveis, porque até mesmo estes últimos dependem da maneira como são percebidos e moldados pelos indivíduos nas práticas sociais.

Salientamos aqui, na esteira de Marcuschi & Koch (1998) e Koch e Marcuschi (2000), que a compreensão do processo de referenciação como atividade textual-interativa está intimamente ligada às condições culturais, sócio-ideológicas e históricas das comunidades linguísticas. Como diz Marcuschi (2001, p. 5) “não devemos ser ingênuos a ponto de ignorar que as representações de um grupo social têm uma estabilidade grande e que nem tudo é construído a cada momento a partir de um zero cognitivo”. Aqui retomamos um ponto já tratado: a questão do gênero que se constitui como fruto, também, de processos referenciais próprios de cada um deles.

Segundo Cavalcante (2003 [A]), tanto os referentes como os significados, não podem ser considerados fora de nossas práticas sócio-comunicativas em contextos particulares, nem podem ser entendidos como a própria realidade exterior; antes, os “referentes não são, pois, as coisas em si mesmas”, mas “realidade fabricada” (BLIKSTEIN, 1983), que idealizamos não somente com base no que as expressões referenciais significam, mas também sob a influência do que aprendemos em nossa cultura. Quando usamos expressões referenciais “criamos uma representação mental das entidades referidas, que ganham contorno quando se ligam a nossos conhecimentos culturalmente compartilhados, e ali se completam” (CAVALCANTE, 2003 [A]). Sendo assim, portanto, o referente não está no mundo, nem no texto, nem isolado e pré-estabelecido na mente dos interlocutores, antes, ele é uma imagem que fabricamos durante o discurso, no contexto de comunicação, e é por ele também influenciado.

É através da introdução e possível modificação durante a progressão textual que percebemos a dinamicidade dos objetos de discurso na construção dos sentidos, empregados na atualização linguística do mundo, na (re)construção do real. Quando usamos uma palavra para expressar um objeto, temos o poder de manipulá-lo intencionalmente, e essa manipulação é uma das particularidades fundamentais da argumentação em qualquer texto.

Dentro desse quadro teórico, as expressões referenciais contribuem para construir o sentido, explicitando pontos de vista, apontando direções argumentativas, indicando dificuldades de acesso do referente e recategorizando, em certos usos, os objetos de discurso. Percebemos assim a influência da intenção do locutor ao (re)construir a realidade para seu interlocutor através das formas de seu dizer, e não somente pelos conteúdos expressos no texto.

O modo como os sujeitos distribuem as pistas nos diz muito sobre seus propósitos comunicacionais. Isso é passível de observação com o estudo dos processos referenciais, pois o produtor do texto, pretendendo que uma determinada entidade seja linguisticamente identificada pelo participante da interação, recorre a instruções adequadas, isto é, seleciona determinadas expressões — e não outras —, o que comprova que o processo de referenciação é um ato dotado de intencionalidade.

Como nosso objetivo é investigar as expressões referenciais que instauram avaliação nos ofícios, a partir deste momento descreveremos o aporte teórico usado nas considerações dessas expressões. Para a análise escolhemos a proposta classificatória de Cavalcante (2003 [B]), que traz um quadro desses processos e suas formas coesivas, considerando (com base também em MAINGUENEAU, 2004) como expressões referenciais “todas as formas de designação de referentes, as quais se diferenciam pelo modo como indicam ao co-enunciador (cf. MAINGUENEAU, 2004) como o enunciador pretende que ele identifique ou interprete o referente”.

3.3 A CLASSIFICAÇÃO ADOTADA

Como nosso interesse é analisar as expressões referenciais que instauram avaliação nos ofícios, descreveremos nesta seção o suporte teórico que utilizamos em nosso trabalho.

Na construção dos referentes textuais, segundo Koch (2006), estão envolvidas as seguintes estratégias básicas de referenciação:

- Introdução (construção): um “objeto” ainda não mencionado é introduzido no texto, de modo que a expressão linguística que o representa é posta em foco, ficando esse

“objeto” saliente no modelo textual. É o caso de “*indule, Custu/mes, enclinaçons dos Indios*” no exemplo 1 abaixo transcrito.

- Retomada (manutenção): um “objeto” já presente no texto é reativado por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto de discurso permaneça em foco, como ocorre com as expressões “*O Costume ordinario destes Indios*”, no exemplo 1.
- Desfocalização: quando um novo objeto de discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, entretanto, permanece em estado de ativação parcial, disponível para utilização imediata sempre que necessário. Seu estatuto no modelo textual é de *inferível*.

Segundo a autora, é pela repetição cíclica desses procedimentos que se estabiliza, por um lado, o modelo textual; por outro lado, porém, ele é, continuamente, elaborado e modificado por meio de novas referenciações. Aqui é importante estabelecer uma distinção entre as categorias, *referir, remeter e retomar*. A primeira é uma atividade de designação realizável por meio da língua sem implicar uma relação especular língua-mundo; a segunda é uma atividade de processamento indicial na co-textualidade; a terceira é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial (seja uma relação de identidade ou não).

Observemos um exemplo da utilização dessas estratégias no texto a seguir:

(1) C 121. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

V. Ex.^a medetremina lhemande huma informação, da *indule, Custu/mes, enclinaçons dos Indios* destas duas Villas do Conde, e Alhandra de/ *que sou Commandante*, aSim Como tão bem do *terreno mais proprio -/ para o seo adiantamto eas Couzas que tem inutilizado os Esforços/ para a Sivilização delles*, sobreo *que informo aV.Ex.^a Conforme/ omeo pensar. O Costume ordinario destes Indios em todo tempo/ hé furtar, beber Agoardente, para Cujo motivo vivem em abati/mento etudo proçedi Osiozidade em que vivem, elles não temem, num/ respeitaõ aninguem são muito mudavês na sua Conduta emuito/inconstantes em todos os seos progetos, não há quem vigie sobre/ eles para os domar einclinalos a sivilização. Estes Índios/ teriaõ melhor comportamento se viveçem de baxo/ dedesiplina deoutra Naçaõ aquem elles temesem. Governados/ por outro Indio seo semelhante nunca já mais poderaõ -/ ter melhoramento; por que quem vio hum vio todos, aconduta de /hum hé detodos, domesmo modo aOsiozidade; apreguiça emais/ inclinaçons, etudo quanto fazem eObraõ hé pegado às ramas / do seo gentilismo: dos Directores não fazem Cauzo, ese/ querem fazer oseo elles Indios se rrebelaõ contra ele;/ o terreno mais proprio para o seo melhoramento esivilizaçaõ-/ hera empregallos na Marinha, ou no serviço das Tropas/ eas Cauzas que tem avido para não serem sivilizados, são / elles mesmos por que só procuraõ para si mesmo abaterem-se em/ todas as suas aSsons, eomodo que tem devida. São / muitos imCnstantes, e histante, e histante mudaõ depa- / Riçer, enelles não sepodi fazer Confidencia, por que so olhaõ – para/ intereçe decarne e*

Agoardente; poderaõ ter adian/tamento nas Suas Villas seforem governados com hum ju-/go pezado *que* os obrigue atraballar, vigiando sobre elles-/aSim como os Misionarios nos Seos principios; a/o contrario nunca já mais paSaraõ doque Saõ, é /hé oque Posso informar aV.Ex.^a § Deus Guarde aV. Ex.^a m^s ann^s §Quartel do Sarapo 9 de 8bro de 1826 §Feliz Correia deSouza

Neste exemplo podemos compreender as estratégias utilizadas seguindo a legenda: **Introdução** / **Retomada** / **Desfocalização**. Dessa forma, referentes já apresentados podem ser, a qualquer momento, modificados ou expandidos, de modo que, durante o processo de compreensão, vai-se criando na memória do leitor/ouvinte uma representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo de novas categorizações e/ou avaliações acerca do referente.

A seguir temos, mais detalhadamente, os processos referenciais que compõem essas estratégias, baseada na classificação de Cavalcante (2003).

A proposta de Cavalcante (2003) divide os elementos referenciais em dois grandes blocos: (i) os que introduzem novos referentes no universo discursivo (introduções referenciais puras), sem promoverem nenhum tipo de continuidade referencial; e (ii) os que realizam a continuidade referencial de objetos presentes no universo discursivo, ou porque foram explicitamente evocados ou porque são dali inferíveis. Este é o grupo das anáforas, como diz a autora, nele se enquadram todas elas: diretas e indiretas. Essa proposta defende a ideia de que toda expressão referencial que remeta a qualquer âncora do co-texto é anafórica.

A classificação abaixo descrita parte do pressuposto de que as expressões referenciais são todas as formas de designação de referentes que se diferenciam pelo modo como o enunciador pretende indicar ao “co-enunciador” (MAINGUENEAU, 2004), modos de identificação e interpretação do referente. Dentro do quadro classificatório de Cavalcante (2003, [B]), trataremos primeiro das introduções sem continuidade referencial.

A. Introduções referenciais puras (IR)

Importam a esta análise apenas as introduções não-anafóricas e não-dêiticas, chamadas pela autora de *introduções referenciais puras*, as quais se constituem por expressões referenciais que instituem um objeto no discurso sem que nenhum elemento da situação contextual discursiva o tenha evocado. Observe-se que algumas expressões referenciais remetem a referentes que nunca foram mencionados no texto, aparecem ali pela

primeira vez, mas são manifestados como se já os conhecêssemos, por que o locutor supõe que já saibamos do que se trata.

Acreditamos que algumas introduções referenciais puras, apesar de não terem função de continuidade, podem expressar um ponto de vista do enunciador. A importância de analisar essas estruturas está no fato de que elas representam a primeira aparição do referente no texto do ofício, podendo configurar-se, muitas vezes, como avaliação do referente, como explicitado no exemplo abaixo, em que a construção do sentido do texto está atrelado a justificar a intervenção das autoridades na Villa. Este sentido começa a ser desenhado na apresentação do referente, quando o enunciador o caracteriza como um “estado infilis”, e segue “descrevendo” minuciosamente esse estado, a fim de convencer seu interlocutor:

(1) C 113. II^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Oestado infilis emque deprezente seacha esta Villa eseu termo/ pelas mortes ea Suadas diariamente estão Co-/mitidos huma tropa de *Omens armados* ou para me/ espresar de *Cabras fascinerosos* vindos do Rio do Peixe [...]

O segundo conjunto de processos referenciais classificado por Cavalcante, além das introduções, é o das anáforas. Neste grupo encontram-se as expressões referenciais com continuidade referencial, ou seja, retomam referentes representados no cotexto por outras expressões referenciais. Sobre esse bloco, a autora explica:

Para haver continuidade, não é obrigatório, com efeito, que exista sempre retomada total ou parcial de um mesmo referente, como as anáforas diretas. Pode ser que a ligação se estabeleça apenas entre uma âncora e outro elemento cotextual introduzido pela primeira vez no texto, como as anáforas indiretas e encapsuladoras. (Cavalcante, 2003, p.108).

O referente que é retomado tem recebido vários nomes na literatura sobre o assunto, dentre eles: antecedente e âncora. Aqui vamos chamá-lo de âncora. Observemos no exemplo 1 que a âncora, ou a expressão retomada, de “cabras fascinerosos” é “omens armados”. Notemos que as duas formas (grupos nominais) indicam as mesmas pessoas, por isso são classificadas como correferenciais, caso em que ocorre uma retomada total dos referentes. Existe outra forma de retomada, as parciais, como veremos mais adiante com mais detalhes.

B. Continuidade referencial

Diferentemente das IR, as continuidades mantêm uma “base de referencialidade” apreendida por algum gatilho no co(n)texto. Para ocorrer continuidade, não é obrigatório que exista sempre retomada total ou parcial de um mesmo referente (anáforas diretas). Esse elo

pode ser apenas entre uma âncora e outro elemento cotextual introduzido pela primeira vez no texto (anáforas indiretas e encapsuladoras).

Aceitamos, de acordo com a classificação adotada, que anáfora é toda expressão referencial, que retome referentes representados no contexto, não importa para que direção apontem, ou que apenas façam uma remissão a uma âncora do cotexto, sem retomá-la. Cavalcante (2003) chama de âncora, assim como faz Schwarz (2000), o referente que é retomado, ou qualquer elemento a que o anafórico remeta e que engatilhe a relação referencial. Para a existência da anáfora, o referente sequer precisa ser definido, pontual. Muitas vezes, o elemento anafórico remete a longos trechos que não podem ser classificados como um referente. Nestes casos, o anafórico encapsula um conteúdo difuso no discurso, como no exemplo abaixo:

(1) DaSertidão junta verá *Vossa Excelência* o**procedimen-/to** que obrou nesta *Vila* noSegundo dia deestada/oComandante do Distacamento da *Vila* deSousa/Francisco Afonso H^{er} Bastos, eSua Tropa; ...

Assim, não é necessário que haja obrigatoriamente correferencialidade para existir anáfora. Podem acontecer retomadas só parciais de referentes.

Outro processo referencial tão importante quanto a rotulação, para os propósitos desta análise, é a anáfora correferencial por recategorização. Ao promover a recategorização lexical do referente, o enunciador impõe determinada orientação argumentativa, como exemplificada em “*omens armados*” e “*cabras fascinerosos*”. Essa estratégia de progressão textual é particularmente interessante dentro de um texto como o ofício, considerado “objetivo”. Basta apenas ser realizada uma recategorização com elementos avaliativos para que o texto revele sua subjetividade, a subjetividade do enunciador. Veremos mais um exemplo desse mecanismo textual no item B.1.1. A seguir, trataremos do conjunto de anáforas que retomam os referentes.

B.1 Anáforas com retomada

Cavalcante (2003, [B]), diferentemente de Marcuschi e Koch (1998), reserva ao termo *retomar* apenas a ideia de correferencialidade ou de recuperação total ou parcial dos referentes. As retomadas parciais se aplicam ao emprego de repetições do antecedente, determinadas por quantificadores, como “os topiqueiros... dois deles” ou “alguns deles” etc.

A autora classifica as anáforas seguindo critérios hierárquicos. São eles: a função referencial, os traços de significado (com os quais a autora diferencia os fenômenos de co-significação e os fenômenos de recategorização lexical), e as características formais (divididas entre as formas remissivas lexicais e as formas remissivas gramaticais livres). Baseada nesses critérios, Cavalcante (2003) divide as anáforas em dois grupos: aquelas que retomam o referente total ou parcialmente (anáforas correferenciais); e aquelas que não retomam referentes, apenas fazem remissão ao co(n)texto (neste caso, as anáforas indiretas e os encapsulamentos).

As anáforas que retomam totalmente o referente (correferenciais) são aquelas que designam o mesmo referente, seja numa remissão prospectiva, seja numa retrospectiva. As anáforas correferenciais podem ser, em geral, co-significativas ou recategorizadoras. Anáforas co-significativas são aquelas que retomam o referente empregando expressões sinônimas ou repetições, como no caso a seguir:

(1) **C 53.** Sendo frequentíssimos os furtos de Mandioca, emais Lavouras/ no meu Sítio d'Alagoa desta Cid^e, eaxando eu hoje ter-/seja furtado bastante Mandioca, tratei deseguir o malfeitor pelas pegadas, reconhecendo o seu Coito xa-/mei o Furriel Antonio Severino, o Soldado Manoel Gra-/geiro, eoSoldado Antonio Fernandes, ecom efeito axei /o malfeitor que era **hum preto** Cativo (rasura)/ via *eque* estava fugido, em huma xoupana no caminho/ do sítio Jagoaribe, emq' estavam duaS pardaS, estando o cu-/pado **odito preto** emdes fazer a mandioca em hum ralo/...

Já as anáforas recategorizadoras, segundo Cavalcante (2003), ocorrem como um processo pelo qual uma forma referencial é renomeada no discurso, “a fim de se adaptar aos objetivos comunicacionais persuasivos do enunciador”. Com base no que diz a autora, as recategorizações:

“remodulam a forma de designação, transformando-a, ou seja, recategorizando-a, ou pela utilização de um termo superordenado, para que o enunciador se esquive de repetições estilisticamente indesejáveis, ou pela utilização de expressões com alguma carga avaliativa” (CAVALCANTE, 2003, p.110).

Este último aspecto, em especial, é mais relevante para o nosso trabalho, como observamos no exemplo a seguir:

(2) **C 113.** II^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Oestado infilis emque deprezente seacha esta Villa eseu termo/ pelas mortes ea Suadas diariamente estão Co-/mitidos **huma tropa de Omens armados**

ou para me/ espresar de **Cabras fascinerosos** vindos do Rio do Peixe man-/dados pelos Comandantes daquela Villa espesialmente oRe/gente Joze Fran° da Silva Capitão-mor Joze Dantas e Luis José da Cunha Comandado **esta patrulha...**

A correferencialidade configura um recurso de continuidade referencial, pois as entidades referidas são retomadas total ou parcialmente. Mas vale a pena ter em conta, na abordagem desses aspectos, duas considerações de Brown e Yule (1983). A primeira, já levantada anteriormente, diz respeito ao fato de que, no mecanismo de retomada textual, as unidades referenciais recuperadas, ainda que correferencialmente, quase sempre reaparecem modificadas e, desta forma, não apresentam os mesmos estados iniciais. Assim é que a retomada textual regularmente ocorre permitindo, também, um acréscimo de informações aos referentes. Neste sentido, os autores atribuem grande importância à questão das descrições definidas, que, num contexto de correferencialidade, além de permitirem a retomada do referente linguístico, possibilitam novas informações a partir das propriedades que lhes são atribuídas na descrição.

A segunda observação de Brown e Yule (1983) diz respeito à referência do ponto de vista de quem a faz. O sujeito que fala ou escreve um texto executa a ação de referir, mas com base na sua representação individual da entidade referida. Por essas afirmações, discutimos aqui, como aspecto especial da correferencialidade para este trabalho, a questão da orientação (avaliativa) de sentido como elemento incluído na função de nexos coesivos, exercida pelas expressões correferenciais. Antunes (1996, p.35) confirma esta preocupação quando afirma que no percurso do texto “podem atribuir-se novas propriedades ou relações a indivíduos já referidos. No entanto, a introdução de novas propriedades deve, em certa medida, condizer com aquelas outras anteriormente conferidas”. Por essa razão, preocupamo-nos com a correferência no texto oficial, pois, em geral, como diz Antunes (1996, p.35), “os elementos linguísticos voltam a ocorrer na dependência de fatores e propósitos norteadores da comunicação”.

Sobre este aspecto Maingueneau (1976, apud POSSENTI, 1988, p. 106) nos fala que as anaforizações são muito mais por “força do discurso” em relação ao destinatário do que fatores de coesão textual. E acrescenta que, sob uma aparência de uma simples anaforização, depreende-se facilmente proposições mascaradas. E é justamente esse caráter não evidente das proposições que permite orientar o texto em outras direções, sempre de acordo com um quadro de representações, em especial a do interlocutor pelo locutor. Ele diz ainda: “Assim, a significação dessas anáforas não pode ser corretamente apreendida sem que se tome em conta

o discurso em que se inserem” (p.156), já que são restrições discursivas que regulam este tipo de fenômeno, segundo o tipo de discurso e segundo escolhas (políticas, filosóficas, etc.) operadas pelo autor, ao escrever seu texto, dando-lhe uma orientação discursiva de acordo com as representações sociais em jogo no processo comunicativo.

B.2 Anáforas sem retomada

Também, por vezes, o anafórico apenas remete e não retoma, ligando-se por algum tipo de associação baseada em nosso conhecimento de mundo, como é o caso das anáforas indiretas, que remetem a um referente novo no discurso, mas que foi apresentado como conhecido para o interlocutor. A interpretação desse tipo de anáfora exige do leitor/ouvinte operações mais sofisticadas de ordem conceitual. Vejamos o exemplo:

(1) **C 08.** Fico entregue de vinte nove **recrutas** tãobem Sei, *que* a mayor parte/destes Povos Se tem retirado para os Sertoens, com o horror de não Serem sol/dados, de *que* me tem cauzado o mayor sentimento, por quanto conheço, *que* a mayor honra *que* pode ter hum **vassalo** he empregar-se no Serviço do /Soberano.

Em (1), o leitor precisa recuperar da memória a pressuposição pragmática de que, se existe num regimento militar a necessidade de mais soldados/recrutas, levando-se em consideração o contexto histórico, é fácil aceitar que estes sejam advindos das classes baixas, os vassalos, aplicado aqui aos soldados. Há nesse caso uma introdução de uma entidade nova no discurso “*vassalo*”, que categoriza um novo referente ancorado em um outro já existente no discurso “*recrutas*”, gerando também a obrigação do atendimento, ‘de boa vontade’, destes povos, que não atendendo ao chamado para ser recruta, o faça por ser vassalo. Esta passagem deixa clara a imagem que o locutor tenta construir dos seus subordinados e dele mesmo: servos, vassalos que bem devem servir ao seu senhor. Vemos que este segundo exemplo já nos traz um nível de dificuldade de inferência maior que o caso anterior.

Cavalcante separa também as anáforas indiretas dos casos de encapsulamentos, que incluem os chamados *rótulos*. Estes ativam, dentre muitos conhecimentos supostamente partilhados entre os interlocutores, características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar. Essa escolha de determinada descrição definida pode revelar ao interlocutor informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido. Essa estratégia resume uma porção textual e

rotulam-na, indicando ao co-enunciador como se espera que o conteúdo resumido seja interpretado. No ofício a seguir temos:

(2) C 109. III^{mo} Ex^{mo} Senhor

Tendo apparecido entre nós **taõ funestas / circunstancias**, em*que* nenhũm cidadão probo pode ter segurança individual com roubos, as/saSSinos, eoutras perturbações, *que* tem merecido / na attenção de V.Ex^a a punição...

Podemos verificar que em (2), um ofício de solicitação, o sintagma nominal “tãõ funestas circunstâncias” resume o conteúdo que lhe precede: roubos, assassinos e outras perturbações. Verificamos que não há um antecedente pontual a que o encapsulador possa remeter, antes, ele recupera (sem retomar) o que há no co(n)texto. Ao introduzir o assunto com esta rotulação o enunciador já prepara seu discurso com vistas a atingir seu objetivo – convencer seu interlocutor de quão grave é a situação.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo esclarecer as decisões e escolhas metodológicas por nós tomadas para levar a efeito o nosso trabalho. Faremos estes esclarecimentos a partir das seguintes questões: como foi realizada a escolha do objeto de estudo e a escolha do referencial teórico, quais os procedimentos para a coleta e a organização dos dados e, por fim, qual o caminho percorrido para a sua análise. Além disso, trata também dos critérios de transcrição.

4.1 ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO E DO REFERENCIAL TEÓRICO

Após o período de recesso historicista, decorrente da hegemonia dos estudos estruturais na lingüística brasileira das décadas de 1960 e 1970, os estudos em Linguística Histórica têm tomado novo impulso. Segundo Mattos e Silva (1999) os estudos histórico-diacrônicos que se desenvolvem nesses últimos anos no Brasil, em geral se orientam para o português brasileiro, não só aqueles que do presente olham o passado, mas também os que do passado olham o presente e até mesmo aqueles que, fixando-se em uma sincronia passada, não ignoram, como referência, o presente.

O fato de termos nos debruçado sobre textos históricos nos remete a uma discussão antiga: a oposição sincronia/diacronia, estabelecida pelo *Cours*, que as definiu como duas formas de abordar a linguagem humana: no eixo da sucessividade temporal – diacronia, e no eixo da simultaneidade – sincronia, como é o caso do presente estudo. Nosso posicionamento, logo, é contrário ao de Saussure e seus continuadores, para quem a “língua” situa-se num momento ulterior à análise da linguagem.

Seguimos a vertente dos estudos da *Linguística Histórica lato sensu* ao aplicarmos teorias relativamente recentes, numa abordagem histórico-textual, à pesquisa de textos representativos de sincronias passadas, buscando o vínculo entre as interações verbais e as interações sociais mais amplas relacionando-as aos processos dialógicos e aos gêneros textuais. Essa abordagem, segundo Brait (2002), é pertinente e a funcionalidade da articulação é muito produtiva, tanto para *corpora* falados como escritos, extraídos de diferentes práticas discursivas.

Consideramos o desejo de realizar a pesquisa um desafio instigante, que nos levará a casar teorias e interesses diversos, mas não excludentes, para chegar a uma análise lingüística mais abrangente. Através dos postulados da Lingüística Textual, que hoje tem entre seus enfoques o *discurso*, numa perspectiva sócio-interacionista, esperamos extrair informações valiosas para os estudos da Lingüística Histórica, esperando, com isso, contribuir para a história social e lingüística do português no Brasil.

Muitos estudiosos já constataram que estamos muito longe de traçar a história do português brasileiro em sua totalidade, parecendo mais factível neste momento consagrar-se ao conhecimento das **variedades regionais** do português brasileiro para, num segundo momento, obter-se a visão do conjunto. Diante disso, cremos que o nosso trabalho poderá, ainda, servir de banco de dados para posteriores trabalhos comparativos com o português de Portugal na busca da caracterização de ambos.

Tal empreitada se torna válida para os estudos lingüísticos, uma vez que se além a textos antigos não com a preocupação filológica ou literária, mas preocupada com o estritamente lingüístico, posto em interação, o que lhe confere um sabor original e importante no contexto atual dos estudos da lingüística moderna.

A motivação para a realização desta pesquisa se deu a partir do contato com o *corpus*, que a princípio se mostrou de difícil compreensão. Essa constatação nos levou a enveredar por caminhos em busca de respostas para a explicação de tal fato. Durante essa busca nos deparamos com a noção de referenciação, especificamente com a visão de Mondada e Dubois (1995), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), Marcuschi e Koch (2002) e Cavalcante (2003). Tal aporte teórico pareceu-nos um bom caminho para explicar a aparente falta de sentidos presente nos ofícios. Essa noção despertou a necessidade de investigar a presença dos processos de referenciação em um gênero textual que atualmente é classificado como um texto informativo, neutro, desprovido de opinião: o ofício. A partir daí, a procura por trabalhos, que analisassem ofícios, tornou-se fundamental para constataremos a carência de estudos dessa natureza e, especialmente, referentes tanto à área da Lingüística Textual quanto da Lingüística Histórica.

4.2 COLETA E ORGANIZAÇÃO DA AMOSTRA

O trabalho de leitura e categorização dos ofícios, com base nos propósitos comunicativos, começou em março de 2006 e estendeu-se até agosto de 2006. Em seguida, procedemos a separação do que seria analisado e como se daria tal processo. Decidimos que

a amostra fosse composta por trinta e sete ofícios. Um documento, de cada propósito comunicativo levantado, serviu de exemplo da análise empreendida na amostra selecionada. De cada propósito comunicativo foram escolhidos, num crescente cronológico, vinte por cento do total de textos.

Vale ressaltar, também, que escolhemos essa segmentação de acordo com os propósitos por acreditar que ela representa os tipos de interlocução, registrando o nível de envolvimento ou não com os comunicados, os pedidos, as ordens, constituindo risco para os comunicadores que se colocam na posição de quem fala com objetividade. Em seguida, procedemos à identificação e classificação das ocorrências de expressões referenciais com base em Cavalcante (2003), privilegiando, nesse quadro classificatório, os critérios de remissão e de significação. Depois, separamos as ocorrências para dar destaque àquelas que exercem função avaliativa nos textos analisados.

Os textos encontram-se numerados seguindo-se os originais das cartas (C 1, C 2), feitos de acordo com a ordem cronológica em que foram redigidas. No sumário, objetivando facilitar o reconhecimento, a primeira frase do texto aparece como título. No quadro que ilustra os dados encontrados no *corpus*, encontrar-se-á uma numeração equivalente ao número de vezes em que aparecem as expressões referenciais avaliativas.

Com relação à transcrição dos exemplos os critérios adotados são normas básicas, extraídas das “Normas para transcrição de documentos manuscritos”, preparadas por uma comissão presidida pelo Prof. Heitor Megale, designada para este fim, durante o II Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado de 10 a 15 de maio de 1998, em Campos do Jordão. Entretanto, os dois primeiros pontos são opções nossas, já que não macularão os resultados, e ajudarão na leitura:

- desenvolvemos as abreviaturas, indicando as passagens desenvolvidas através de itálico;
- separamos as linhas através de barras inclinadas;
- os parágrafos são marcados através do sinal de parágrafo;
- a indicação de mudança de páginas é feita através de barras inclinadas duplas;
- a marca de nasalização, til ou m, a acentuação foram respeitadas;
- mantivemos a pontuação original;
- as maiúsculas e minúsculas permanecem conforme o manuscrito;
- a ortografia foi conservada na íntegra, não se efetuando qualquer mudança;

- mantivemos os reclusos ⁶;
- os parênteses (____) indicam palavras que por algum motivo não puderam ser lidas;
- as passagens suprimidas foram colocadas entre colchetes.

Sempre que se considerar necessário atualizar a linguagem, explicitar ou mesmo definir o sentido de alguns termos da época, colaremos esses acréscimos em notas de rodapé, com o intuito de facilitar a leitura e entendimento dos leitores não habituados com a linguagem da época enfocada.

4.3 A ANÁLISE DOS DADOS

Consideramos que o primeiro momento de nosso trabalho de análise teve início na separação do *corpus* de acordo com os propósitos comunicativos, proposto por Silveira (2002), passo importante para, no interior de cada agrupamento, abordar as questões pertinentes, o que nos dará a oportunidade de reconhecermos quais textos considerar para a investigação, já que o *corpus* estendido é composto por 180 cartas, número inviável para a proposta e o prazo de realização deste trabalho.

Reafirmamos que esta segmentação dos documentos investigados para a análise das expressões referenciais tem valor para a nossa pesquisa por ser uma forma de verificarmos uma provável relação entre propósito comunicativo e presença de expressões referenciais que instauram avaliação no gênero ofício. Destacamos que desse conjunto poderemos também extrair informações a respeito da relação entre interlocução e presença ou não de estratégias instauradoras de avaliação/opinião.

O segundo passo é o que ora procedemos, o levantamento das estratégias de referenciação utilizadas nas interlocuções presentes no recorte escolhido. Baseamo-nos em um quadro proposto por Cavalcante (2003), do qual suprimimos algumas subclassificações por não terem interesse imediato nesta pesquisa. Analisamos a frequência dos seguintes processos referenciais: introduções referenciais (IR), anáforas correferenciais (AC), anáforas indiretas (AI) e anáforas encapsuladoras (AE). Nesta classificação, observamos ainda quais destes processos referenciais são de fato avaliativos ou não.

Para a identificação dessas unidades de informação, foram utilizadas cópias xerocopiadas do banco de dados organizado por Fonseca (2003), para compor o *corpus* usado na presente investigação. Depois, iniciamos a segmentação dos propósitos comunicativos dos

⁶ Repetições no início das páginas, das palavras finais da página anterior, técnica que servia para evitar interpolações, fraudes e extravios do fólio.

ofícios, que foi repetida três vezes, buscando delimitar e identificar com segurança os grupos presentes em toda a amostra. O método utilizado será principalmente o qualitativo, embora também nos respaldemos em alguns dados percentuais para avaliar a participação dos diferentes tipos de expressão referencial na amostra.

O terceiro momento de nossa análise corresponde ao reconhecimento das expressões referenciais nas unidades comunicativas dos ofícios coletados. Verificamos quais tipos de expressões referenciais são mais frequentes e quais as que marcam o texto “informativo” dos ofícios com a avaliação do enunciador.

E por fim, no quarto momento de análise, acreditamos ser importante observar a relação existente entre interlocução e estratégia de avaliação, para visualizar a orientação argumentativa, também nesse viés da comunicação oficial da Paraíba dos séculos XVIII e XIX.

Dessa forma, o objetivo de nossa análise de dados foi:

- descrever a função discursiva das expressões referenciais, em cada propósito comunicativo estudado, para compreender seus objetivos dentro do projeto de dizer de cada autor, verificando-se a frequência – quais são as expressões mais recorrentes e qual delas é a mais significativa na instauração da avaliação;
- descrever um quadro que estabeleça a relação entre as expressões referenciais e o tipo de interlocução (propósito comunicativo) e seus efeitos de sentido(s).

Com base nessas informações, passamos à análise dos dados.

EXPRESSÕES REFERENCIAIS E AVALIAÇÃO: *quo vadis?*

Este espaço destina-se à análise dos textos e seus resultados. Seleccionamos um exemplo de cada propósito comunicativo para demonstrar como se procedeu na obtenção dos resultados aqui apresentados.

5.1 APLICAÇÃO DO MODELO DE SILVEIRA (2002)

Destinamos esta seção para exemplificar o modelo de análise empreendida nesta pesquisa. A princípio, separadas por propósitos, os textos serão observados quanto à presença das expressões referenciais, em seguida pinçaremos somente aqueles que explicitem o objeto de estudo investigado: a avaliação que as expressões referenciais instauram. Logo abaixo o leitor encontrará um exemplar de cada conjunto de propósitos analisados. Em seguida, temos um espaço reservado para os quadros que coligem os dados obtidos para uma demonstração dos resultados alcançados no levantamento das estratégias encontradas, bem como dos casos que instauram/denunciam a avaliação.

A. Ofícios de solicitação / pedidos de envio – entendemos por ofícios de solicitação aqueles em que o propósito comunicativo predominante consiste em fazer um pedido seja de que natureza for.

Exemplo

III^{mo} Ex^{mo} Sen^r

Tendo apparecido entre nós **taõ funestas / circunstancias**, emque nenhũm cidadão probo pode ter segurança individual com **roubos, as/saSsinos, eoutras perturbações**, que tem merecido / na attenção de V.Ex^a a punição **desimples desaguiza-/dos**⁷, expedindo restrictas ordens a os **Capitães / Mores, e Comandantes de Policia** desta *Provincia* pa empregarẽ/ sobre **estes factos** toda a energia, eathe recommen/dando **aelles**, que caza como sou enformado, **al/gũa das pessoas de confiança** haja que necessi-/tem de **defeza**, e **Armas para ella**, recorraõ a V.Ex^a / para as mandar. He em **consequencia disso**, e por meachar /prezentemente noCargo de **Juis**

⁷ Desaguisado - desordem, rixa, desavença;

Ordinario desta Vila, *que vou / por meio*, desta pedir a V. Ex^a haja de me conce-/der ter em minha caza **duas, ou tres granadeiras** in/formandome onde as hei de haver, *para* as receber/e passar a devida clareza *para* atodotempo fazer/**dellas** a Competente entrega: **o que espero** de VossaEx /atentas as **circunstancias actuais**. §Deus Guarde a VossaExelência/felismente Alhandra 26 de Abril de 1825 (C 109)

Ofício escrito em 1825, por Antônio Correia dos Santos Leal, juiz ordinário de Alhandra, dirigido a Alexandre Francisco de Seixas Machado, presidente da província da Paraíba, para que este lhe conceda armas para sua defesa individual. De início, Antônio Correia introduz o assunto fazendo referência ao estado em que se encontra a vila. A situação já é introduzida como sendo de “funestas circunstâncias” (IR / AE), um rótulo prospectivo, discriminado logo adiante pelos termos “*roubos, as/saSSinos, eoutras perturbações*”[AC], explicitações sobre os fatos ocorridos, claramente rotulados de “*funestos*” pelo autor da carta, solicitante da ajuda da autoridade competente. O adjetivo utilizado na introdução da avaliação sobre o fato tende a destacar, dramaticamente, o estado da vila. As informações subseqüentes são determinadas pelo que motiva o locutor a escrever o pedido: armas para defesa própria.

Em seguida temos a introdução de outros referentes: outras autoridades (*Capitães / Mores, e Comandantes de Policia* [IR]), a situação (“*defeza*” [IR]), objeto da solicitação (“*armas*” [IR]; “*duas, ou três granadeiras*” [AI]), que são retomados de maneira direta por “elles”, “ella” e “dellas”, respectivamente, exemplos de reativações por anáfora correferencial (AC). Em “*He em consequencia disso*” temos mais um encapsulador (AE). Toda a argumentação em favor da autorização do uso das armas para a defesa é encapsulado pelo demonstrativo “*disso*”. Com “*o que espero*”[AE], o autor mais uma vez rotula um excerto anterior do texto: a concessão e as informações.

Ao citar seu cargo (“*Juis Ordinario desta Vila*” [AI]), o autor o faz de maneira a justificar seu pedido. Este referente encontra seu elo num trecho anterior do ofício. A concessão desse pedido só era feita a “*al/gũa das pessoas de confiança*” [IR]. Temos aqui um caso de anáfora indireta. A citação do cargo só se justifica se ancorado no que foi dito antes. Sendo juiz, ele se considera uma pessoa de confiança, mais uma informação importante a ser levada em conta pelo receptor do ofício.

Na sua conclusão o emissor mais uma vez utiliza um encapsulador “*circunstancias actuais*”, que apesar de aparentemente neutro, se justifica pelo fato de ele, o autor, considerar

que não haveria dificuldades para o receptor interpretar os três sintagmas como remissões claras ao fato objeto do ofício: a falta de segurança. A gradação percebida, ao longo do ofício se faz clara através dos usos dos adjetivos. Começa com sintagmas nominais fortes (“funestas circunstâncias”), retoma com “estes factos” e, por fim, fecha seu pedido com um sintagma mais ameno, mas que repete parte do primeiro (“circunstancias actuais”). Ressalte-se aqui que a escolha dessas anáforas “complexas”, que não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos (neste caso fatos, circunstâncias), que só se realizam no co-texto. Essa especificação constitui uma seleção particular dentre uma infinidade de lexicalizações possíveis, efetuada a partir das proposições veiculadoras das informações-suporte.

É interessante notar como o autor constrói seu texto. Inicia com o desenhar da situação (taõ funestas / circunstancias), explicita-a com os termos “*roubos, as/saSsinos, eoutras perturbações*”, todos referentes novos ancorados na expressão introdutória; mais adiante reativa o foco com o sintagma “*estes factos*” [AC] e reativa-o novamente no final com “*circunstancias actuais*”[AC], indicando o prévio conhecimento da âncora a que se refere. Cita, após a introdução da situação, fatores pessoais que justificam seu pedido: sendo juiz é uma pessoa de confiança. Somente depois dos argumentos ele revela seu pedido, deixando desse modo o enunciador dentro do cerco argumentativo desenhado desde o início do ofício, qual seja, convencer o destinatário da total necessidade de atender ao seu pedido.

Destacamos neste momento o fato de o enunciador deste ofício não fazer uso de repetições em seu texto. A escassez desse tipo de estratégia revela algo sobre as representações criadas no discurso efetivamente produzido. Essa “falta” manifesta as a imagem que o locutor faz de si e do interlocutor. Neste caso específico, foi positiva, pois as anáforas e encapsulamentos foram preferidas em detrimento da repetição, estratégia usada para mais de uma finalidade, mas sem dúvida, parece servir a esta: a clareza da interpretação. Desta forma, conclui-se desta análise que o autor, ao se desenhar como exímio escritor também desenhou um leitor capaz. Seu objetivo, receber as armas, está claramente delineado nos usos das estratégias referenciais, não escapando à tentação de expor sua subjetividade, ferindo assim um dos princípios básicos deste gênero textual: a impessoalidade a serviço da informatividade. Sua avaliação se fixa no ponto em que, reconhecendo seu interlocutor, escreve de maneira a convencê-lo no atendimento da solicitação expressa no ofício.

B. Ofícios de informação e esclarecimentos – textos cujo propósito comunicativo preponderante é comunicar, informar e/ou fazer esclarecimentos sobre atos realizados.

Exemplo

DaSertidaõ junta verá Vossa Excelência o**procedimen-/to** que obrou nesta Vila noSegundo dia deestada/o**Comandante do Distacamento** da Vila deSouza/**Francisco Afonso H^{er} Bastos, eSua Tropa**; epara /que Vossa Excelência fique mais aofato passo aespôr.§/Trazia **aquele Comandante** em Sua Com-/panhia ou vinha por omizeálo⁸ o**Cabra Manuel Dias /omem facineroso**⁹, **epor** tal reconhecido /nesta Vila de Pombal, **eCriminoso emquerela de/Adulterio, epor** isso a Riquerimento do querelante o**mandei** prender emRazaõ do meu officio/pasando **este** pello Quartel do **Senhor Coman/dante Bastos estes eSeus Soldados ofizeraõ** to-/mar afora deentre aescolta **que/oCunduzia/aoque** medeu motivos amandar **omeu Escrivão/Requisitarlhe** daparte daJustiça para me / entregar **aquele Criminozo** pois era sugeito a /Justicas, **eeste** deu emResposta ao **Escrivaõ** que/naõ Respondia a *minha* Requisição **oque** levo aoCo-/nhecimento de Vossa Excelência para obrar Com aJus-/tiças do Custume; epaço aparticipar a Vossa Excelência/em Como Rezaõ do meu officio passo a Devesar-/da Disistencia mais onaõ farei emquanto/Vossa Excelência naõ meenteligenciar¹⁰ por Resposta Sobre//2 fl.Sobre **taõ importante negocio** §Deus Guarde /a Vossa Excelência Vila /dePombal 28 de Fevereiro de /1826 (C 112)

A carta, acima transcrita, foi escrita pelo juiz ordinário de Pombal, Antônio Ferreira de Souza, em 1826. Trata-se de um ofício de “prestação de contas”, relatando fatos que aconteceram e as providências tomadas pelo autor.

Ele começa utilizando o termo “*o procedimento*” [IR/AE], para introduzir o assunto. Consiste em uma IR, que encapsula, prospectivamente, todos os atos do “*Comandante do Distacamento da Villa de Souza Francisco Afonso H. Bastos*” [IR], e “*sua tropa*” [IR], retomado por: “*aquele Comandante*” [AC], “*Senhor Comandante Bastos*”[AC], “*estes*” [AC] e “*este*” [AC]. A anáfora encapsuladora “*procedimento*” é retomada ao final do ofício por “*taõ importante negocio*”, numa reativação por recategorização do rótulo [AC]. A “*tropa*” é retomada mais adiante por “*Seus soldados*” [AC], mostrando que os homens que acompanham o comandante são seus subordinados e não capangas. Esse fato traz à baila um detalhe: o “desmando”, descrito no ofício, foi praticado por “homens da lei” acompanhados (“omiziados”) por um indivíduo que, além de ser “*omem facineroso*” e um “*Criminoso emquerela de/Adultério*”, “*por isso*”[AE], o mandou prender, a requerimento de um querelante, introduzido no texto sem especificação de quem se trata.

Em todo o texto, o modo como o autor do ofício descreve o ocorrido nos dá indícios de uma argumentação guiada a justificar sua atitude, perante seu interlocutor, o governador da

⁸ Homiziar – esconder da ação da polícia.

⁹ Facinoroso – perverso; que cometeu grande crime.

¹⁰ Entrar em acordo.

Paraíba, Alexandre Francisco de Seixas Machado, da necessidade de prender Manuel Dias[AC], introduzido no discurso por “oCabra” [IR], expressão tipicamente negativa para se referir a alguém na época. A construção do objeto de discurso “Manuel Dias” vai além. Ele é recategorizado por: “*omem facineroso*” [AC], “*Criminoso*” [AC] e “*aquele Criminozo*” [AC], apontado, repetidamente, como passível de punição. E ele, o autor o fez, prendendo-o.

Manuel Dias ainda é retomado nos sintagmas “o mandei”, “o fizeraõ” e “oCunduzia” [AC], sendo apresentado como já conhecido do interlocutor através do objeto direto “o”, um retrato da representação que o enunciador faz da capacidade de leitura de seu interlocutor. Ao utilizar-se desse meio para retomar Manuel Dias, lança mão de um outro tipo de remissão, mais elaborada. Neste ofício temos mais um caso de repetição: “o meu *Escrivão*” [IR] é reativado, correferencialmente, na repetição lexical, com uma simples recategorização (“ao *Escrivão*” [AC]), reapresentado como conhecido. Os atos praticados pelo autor do ofício são encapsulados por “o *que*”[AE], fechando assim seu relato.

Em toda a descrição do ocorrido, o emissor se pauta em caracterizar o desmando do Comandante Bastos em defesa de um homem “sugeito a justiças”[AI], uma anáfora indireta ancorada no fato de que o ofício relata as ações de um criminoso, o que justifica e esclarece de quem se trata. Não o faz de maneira direta e clara. Há uma confusão de referentes quanto ao uso dos demonstrativos, a presença de repetições, como para lembrar seu interlocutor de que o “criminoso” em questão não pode ficar impune, e de que sua atitude correta, porém desrespeitada, é merecedora da atenção de seu superior. O uso que ele faz da língua deixa entrever sua revolta diante do ocorrido.

Fecha assim um possível sentido para o texto que é justificar sua atitude em prender alguém. Além disso, dadas as circunstâncias por ele apontadas, jamais escaparia de um julgamento diferente, mostrando claramente como a argumentação do autor em construir uma imagem de “criminoso” para Manuel Dias, perfaz o conteúdo do ofício desde o início até o final de sua solicitação.

C. Ofícios de relatos / pedido de ajuda – os ofícios agrupados neste bloco têm como propósito comunicativo predominante relatar fatos e pedir uma ação de ajuda/intervenção por parte do interlocutor.

Exemplo

Oestado infilis emque deprezente seacha esta Villa eseu /termo **pelas mortes ea Suadas**¹¹ *que* diariamente estão Co-/mitidos **huma tropa de Omens**

¹¹ Assuada – ajuntamento de gente para fazer desordem e dano;

armados ou para me / espresar de **Cabras fascinerosos** vindos do Rio do Peixe man-/dados pelos **Comdandantes** daquela Villa espesialmente **oRe/gente Joze Francisco da Silva Capitão-Mor Joze Dantas e Luis /José da Cunha** Comandado esta **patrulha por Manu-/el Alves Afonso Omem fasineroso edemuitas culpas** / que unido Com **Alixandre Xavier de Azevedo** perten / dem **matar aalguns Sidadoens deste termo** tendo já perisido miseravelmente **João de Antonio Barreto eVi - / dal Cristalino** nas **sanguinolentas mãos de dizaseis** / **Cabras eSeu xefe Manuel Alves Afonso** nestes dizem / publicamente **eseus / mandatorios** queainda amdema / tar **adeis pessoas deste termo** e já foraõ **aasacinar** ao / **Alferes José de Sá** em Sua propria Casa oque teria / **acontisido seeste** nao' estivese com **bastante gente** em casa em sua defeza **que por** isso temerao' e se conservao' / nesta opozisao deste termo para odaVilla de Souza / neste **azilados** pelo **sobredito Alexandre Xavier**, ena / **queles notridos por aquelas autoridades** avista pois // Pois da **Onrozaquadra** **que** vejome privado de / Comprir com asminhas Obrigasoens **pois** sou a / miasado amorrer eomeu **escrivao por aquela Corja / infernal**; eomesmo **susede** com as mais **autoridades / desta Vila** etermo que malpode defender suapisoas dos / **asaltos dos malvados** e a razão **epor** que á ãm grande par / tido **por parte daquele Azevedo** afavor **dos malvados** / **epor** isso é facil **que** querendo as **autoridades deaqui** pu / nirem **aestes malfeitores** romperá em uma Anar / quia. Emfelismente acabara este Pais nas mãos dos **orro / rosos omesidios eSeVossa Excelência** não providenciar eproteger / os **sidadoens deste termo**, ã pó(rasura) nesta isperansaequemea / nimeí alevar a prezensa de **Vossa Excelência** pedindo a Jus / tisa do Costume. §**Deus Guarde a Vossa Excelência** muitos anos Pombal 9 de / abril de 1826 (C113)

Este ofício, também escrito por um juiz ordinário, o senhor Francisco Leite da Cruz, e destinado ao governador da Paraíba, Alexandre Francisco de Seixas Maxado, tem como propósito comunicativo um pedido de ajuda. Diante dos acontecimentos o locutor recorre ao governador na esperança de alcançar a “justiça do Costume”. Para tal lança mão da descrição dos fatos, deixando clara sua avaliação dos mesmos, na construção de um texto, que mesmo confuso em determinados pontos, deixa perceptível qual a vontade de seu autor.

Os fatos narrados já aparecem sob um rótulo avaliativo: “estado infeliz” [IR/AE]. Ele chama de “infeliz” tudo o que está ocorrendo na vila. E qual seria este estado? Ele o apresenta como sendo “mortes e assuadas” [AI], diárias. Seus culpados são descritos em seguida: “*hum tropa de Omens armados*”[IR], retomados, de maneira recategorizadora por “*Cabras fascinerosos*”[AC]. Os mandantes também são apresentados, como “*Comdandantes*”[IR/AE] da Villa do Rio do Peixe, num encapsulamento logo mais recategorizado na descrição “*oRe/gente Joze Francisco da Silva Capitão-Mor Joze Dantas e Luis /José da Cunha*” [AC].

Vejamos que após nomeá-los comandantes da vila revela suas identidades, numa recategorização que discrimina os cargos ocupados por eles. São homens que também trabalham para a coroa, mas que apesar disso são “*mandatorios*”[AC] da tropa, retomados ao fim do ofício de “*aquelas autoridades*”[AC], numa oposição às autoridades atacadas (“autoridades desta Vila e termo”[AI] e “autoridades deaqui” [AC e AE]).

Apresentados os mandantes o autor se volta para os subordinados. Segundo ele a “patrolha” [AC], outro qualificativo para o grupo antes nomeado de tropa, é comandada por Manuel Alves Afonso [IR], retomado em todo o texto de forma negativamente avaliativa. O locutor o retoma como: “*Omeme fasineroso edemuitas culpas*”[AC], “*xefe Manuel Alves Afonso*”[AC], que unido a “*Alixandre Xavier de Azevedo*”[IR] pretendem matar “*aalguns Sidadoens deste termo*”[IR]. Este último reaparece numa repetição recategorizadora que aponta para sua localização no cotexto: “*sobredito Alexandre Xavier*”[AC]. Essa repetição evita que o interlocutor perca os “culpados” de foco. Estes dois nomes são ainda participantes de duas anáforas indiretas. Eles compõem o grupo de “*dizaseis / Cabras*”[AI]. Sobre o que eles fizeram junto ao “xefe” o autor cria uma dramaticidade ao relatar como eles agem: duas pessoas já têm “*perisido miseravelmente*”[AC] em suas “*sanguinolentas mãos*”[AI] e ainda foram “*aasacinar*”[AC] em sua própria casa um outro cidadão.

Neste ponto o locutor, ao apelar para a dramaticidade, cria dois pólos: em um encontram-se os cidadãos de sua vila, alguns “*azilados*”[AI], protegendo o alferes (“*Alferes José de Sã*”[IR], “*este*”[AC]), e que por isso, sem gente à sua disposição, privado que está da “*Onrozaquadra*”([AE] de “*bastante gente*” [IR]) não tem como enfrentar a “corja infernal”, enviada pelos que estão do outro lado do pólo: tropa enviada pelas autoridades da vila do Rio do Peixe. Esse retrato se complementa na sequência da narrativa. Os cidadãos de sua vila são autoridades indefesas, ao passo que os outros são “*aquela Corja/ infernal*”[AC], “*malvados*”[AC] e “*malfeitores*”[AC]. Notemos que todas as referências às pessoas e atos do “sidadoens” são pacíficas, ao passo que todas referentes à tropa são negativamente desenhadas, apelando, tanto para a dramaticidade desse pacifismo, como para o estardalhaço da violência dos “malvados”.

Vemos assim que essas anaforizações têm um caráter mais argumentativo que coesivo. Elas estão reguladas pelo objetivo e posicionamento político do autor do ofício. Suas posições manifestam atitudes de rejeição, de valores “melhorativos” ou depreciativos, de acordo com sua vontade e proposta de discurso. Em alguns pontos sentimos uma dificuldade em interpretar os anafóricos, o que justifica as repetições e nos leva a supor que o autor não seja tão hábil quanto o autor do ofício anteriormente analisado. O propósito do texto só é revelado,

e de forma muito bem elaborada, ao final da articulação das informações: pedido de justiça, “*a Justisa do Custume*”[AI], deixando entrever que a resposta esperada já é conhecida de ambos os envolvidos na questão.

D. Ofício de parecer/opinião – são aqueles em que o propósito comunicativo principal consiste em responder a outros que solicitam um parecer sobre pessoas e fatos.

Exemplo

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

V. Ex.^a medetremina lhemande **huma informação, da indule, Custu/mes, enclinaçons dos Indios** destas duas Villas do Conde, e Alhandra de/ *que sou Commandante, aSim Como tão bem do terreno mais proprio -/ para o seo adiantamento*¹² e as **Couzas que tem inutilizado os Esforços/ para a Sivilização delles, sobreo que informo aV.Ex.^a Conforme/ omeo pensar. O Custume ordinario**¹³ destes Indios em todo tempo/ hé furtar, beber Agoardente, *para* Cujo motivo vivem em abati/mento etudo proçedi Osiozidade em *que* vivem, **elles** não temem, num/ respeitaõ aninguem saõ *muito* mudavês na sua Conduta emuito/inconstantes em todos os seos progetos, não há *quem* vigie sobre/ **eles para os domar einclinalos a sivilização. Estes Indios/** teriaõ **milhor comportamento** se viveçem de baxo/ dedesiplina deoutra Nação *aquem* **elles** temesem. Governados/ *por* **outro Indio seo semelhante nunca já mais poderaõ -/ ter melhoramento; por que quem vio hum vio todos, aconduta de /hum hé detodos, domesmo modo aOsiozidade; apreguiça emais/ inclinaçons, etudo quanto fazem eObraõ** hé pegado às ramas / **do seo gentilismo:** dos Directores não fazem Cauzo, ese/ *querem* fazer oseo **elles Indios** se rrebelaõ contra **ele;/ o terreno** mais proprio *para* **o seo melhoramento esivilização-/ hera empregallos** na Marinha, ou no serviço das Tropas/ eas **Cauzas que** tem avido *para* não serem sivilizados, saõ / **elles mesmos** *por que* só procuraõ *para si mesmo* abaterem-se em/ todas as **suas aSsons**¹⁴, eomodo *que* tem devida. Saõ / **muitos imCnostantes**¹⁵, e **histante, e histante mudaõ depa-** /Riçer, enelles não seodi fazer Confidencia, *por que* so olhaõ – *para/* intereçe decarne e Agoardente; poderaõ ter adian/tamento nas Suas Villas seforem governados com hum ju-/go pezado *que* os obrigue atrabalhar, vigiando sobre **elles-/aSim** como os Misionarios nos Seos principios; a/o contrario nunca já mais paSaraõ doque Saõ, é /hé oque Posso informar aV.Ex.^a § Deus Guarde aV. Ex.^a m^s ann^s §Quartel do Sarapo 9 de 8bro de 1826 §Feliz Correia deSouza (C 121)

Explicitamente opinativo, este ofício está organizado sobre três eixos informativos.

Sobre a “*da indule, Custu/mes, enclinaçons dos Indios*”[IR], “*do terreno mais proprio-/ para*

¹² Adiantamento – progresso;

¹³ Ordinário – habitual, comum; baixo, grosseiro;

¹⁴ Ações

¹⁵ Inconstantes

o seo adiantamto”[IR], e sobre “*as Couzas que tem inutilizado os Esforços/ para a Sivilização delles*”[IR]. Todo o conteúdo, resposta a uma determinação superior, é formulado de acordo com o “pensar” do Sr. Feliz Correia de Souza.

Sob o rótulo metalinguístico “*huma informação*”[AE], o autor do texto diz que o fará segundo o seu pensar, e não segundo os fatos. A função desempenhada pelos rótulos metalinguísticos é informacional, mas passam para o anaforizador a se constituir como objeto de menção e qualificação no contexto da atividade enunciativa.

O primeiro eixo informativo (“*indule, Custu/mes, enclinaçons dos Indios*”) é retomado de forma recategorizada com “*O Costume ordinario destes Índios*”[AC], organizando todo o texto seguinte com base na orientação avaliativa que caracterize os costumes como ordinários, de baixo valor. A introdução das novas informações está ancorada nesta anáfora recategorizadora da informação que foi pedida: acerca dos costumes. Tudo o que é dito na seqüência, constitui uma anáfora indireta (“*hé furtar, beber Agoardente, para Cujo motivo vivem em abati/mento etudo proçedi Osiozidade em que vivem*” [AI]), ancorada na ideia do rótulo “costume ordinário”. Lembramos aqui que, se tomarmos o sentido de “ordinário” como usual também operaremos uma leitura negativa do termo, já que tudo que se refere aos costumes descritos pelo autor é negativo, logo esses costumes serão além de negativos, habituais, constantes.

A introdução textual dos indígenas é feita através da expressão definida (“dos Indios”), cumprindo duas funções: generaliza o comportamento – todos os índios da região - e trata essa informação como conhecida. Em todo o texto os indígenas são retomados de forma correferencial, não há uma recategorização, particularização de quem são os índios que possuem tais costumes. É a representação social que fala que são todos os índios que agem assim. Esse posicionamento se encontra bem delineado no final do texto quando o enunciador diz: “*quem vio hum vio todos, aconduta de /hum hé detodos*”.

Para acrescentar informações novas sobre os costumes (“*naõ temem, num/ respeitaõ aninguem saõ muito mudavêns na sua Conduta emuito/inconstantes em todos os seos progetos, não há quem vigie sobre/ eles para os domar einclinalos a sivilização*” [AI]), ele introduz retomando “índios” com o pronome “*elles*” [AC], repete logo mais adiante (“*eles*” [AC]) para deixar bem claro para seu interlocutor de quem está falando. Na seqüência, introduzida pela reativação “*Estes Índios*”[AC], temos um conjunto de ideias a respeito de como os índios poderiam ter “milhoramento”. Coadunadas na expressão “*milhor comportamento*” [IR], em oposição aos “costumes ordinários” o produtor do texto lança as ideias “*seviveçem de baxo/ dedesiplina deoutra Nação aquem elles temesem. Governados/ por outro Indio seo*

semilhante nunca já mais poderaõ –/ ter milhoramento;”[AI], já que são todos iguais, na visão do autor, para quem o que eles precisam é de alguém para “*os domar einclinalos a sivilização*”[AI].

No segundo eixo informativo temos que a âncora “*do terreno mais proprio -/ para o seo adiantamto*”[IR] é apresentada de forma recategorizada pelas expressões “*o terreno mais proprio para o seo milhoramento esivilizaçãõ*”[AC]. Note-se que o significado do termo “terreno” só é apreendido corretamente com as informações precedentes, que indicam que na verdade trata-se do ramo de atividade mais adequado para os índios, o que, segundo o autor, seria na marinha ou no serviço das tropas.

Sobre as “*Couzas*” [IR], reativada e recategorizada na forma “*Cauzas*”[AC] que impedem a “civilização” dos índios são “*elles mesmos*”[AC], acrescentando detalhes sobre essa informação: “*São /muitos imCnstantes*”[AC], “*nelles não sepodi fazer Confidencia*”[AC], “*so olhaõ – para/ intereçe decarne e Agoardent*”[AC], apresentando essas características como justificativa para seu ponto de vista.

Ao final do ofício o autor retoma a questão resumindo suas ideias. Segundo o emissor do ofício eles devem ficar “*nas Suas Villas*”[AC], “*governados com hum ju-go pezado*”[AC] e vigiados como nos tempos dos missionários, numa referência direta ao Jesuítas que evangelizaram os índios na época do descobrimento. Todas as informações acrescidas nesta seqüência corroboram a proposta de sentido do enunciador. foi construído de formas a justificar seu posicionamento social, tão comum na época:

Mais uma vez, as anaforizações empreendidas na construção textual têm um caráter muito mais argumentativo que coesivo. Elas estão reguladas pelo objetivo e posicionamento sócio-político do autor do ofício. Todo seu projeto de dizer, seu posicionamento manifesta atitudes de rejeição, de valores depreciativos, tão comuns na época. Seu discurso repete o que a sociedade dizia: os índios são selvagens e preguiçosos, inferiores aos brancos colonizadores.

E. Ofício de aviso de envio – ofícios cujo objetivo primordial diz respeito a envios de recrutas, documentos, e materiais de natureza vária.

Exemplo

Ill^{mos} e Ex.^{mos} Senhores do Governo

Neste instante remeto as **copias incluzas**, que/me remeteu o **Sargento Mor das Ordenansas Mon-/tada** desta, e da Villa de Souza **Francisco Antonio/Corrêa deSá** emque **observo** quererem os **malva-/dos** /retrogradarem aboa ordem, eprogrecção da/**nova AmavelIndependencia**,

oque participo a/Vossas /excelências para darem **asprovidencias** que forem/Sirvidas, axandome eu, e **toda a Tropa** domeo Co-mando prompta para executar **as ordem**, que/por Vossas Excelências meforem determinadas. Deos Guarde asPeso/as de Vossas Excelências por muitos annos. Vila de Pombal /2 de Abril de 1823. § Deus Guarde Vossas Excelências § **Subdito umilde** § Francisco daCosta Barboza (C 87)

Este ofício, remetido aos Senhores do Governo pelo Comandante Francisco da Costa Barboza (comandante da *Vila de Pombal*) destina-se a informar sobre a remessa de documentos. Estes documentos, cópias que seguem inclusas ao ofício, tratam de acontecimentos relativos à Independência. Numa denominação reportada, introduz-se no texto a “fala do outro”, o “*Sargento Mor das Ordenansas Mon-/tada*” [IR] (“*Francisco Antonio Correia de Sá*”[AC]) mantendo, em relação a ela, um distanciamento crítico. É no conteúdo das cópias, que o emissor recebeu e repassa, que estão as informações.

O produtor do texto, ao dizer “*em que observo*”[AE], recorre a uma rotulação metaenunciativa sobre seu dizer em relação ao dizer do outro, base para as informações dadas a seguir, que serão apenas adiantadas por ele. Nas “*copias inclusas*” [IR] diz haver “*malvados*” [IR] que querem “retrogradararem” a “*boa ordem*”[AI] e “*progreção*”[AI] “*da nova AmavelIndependencia*”[IR], é “*o que participo*”[AE] aos senhores do governo esperando as “*providências*” [IR], “*as ordem*”[AC], para ele e “*toda a Tropa*”[IR] sob seu comando executarem. Percebemos que não é ele quem relata esse fato, apenas repassa a informação. E ao fazê-lo se prontifica a agir conforme as ordens. Aqui seu distanciamento é trocado pelo total apoio e obediência aos superiores, como convém a todo “*Subdito umilde*”.

Este ofício segue um modelo diferente dos até aqui vistos. Seu autor informa o envio de documentos, faz referências breves sobre os conteúdos dos mesmos, e se prontifica a agir conforme as ordens dos superiores. Há diversas remissões que só podem ser interpretadas com base nos conhecimentos históricos da época. O ofício foi escrito um ano após a independência do país (“nova”), havia muitos que não aprovaram a atitude de D. Pedro. A estes o autor chamou de “malvados”, expressão nominal com carga avaliativa negativa. Sua posição de apoio a essa independência, “nova” e “amável”, detentora de uma ordem e um progresso só se estabelece quando o produtor do texto se prontifica a usar toda sua tropa para coibir os opositores. Ele não usa muitas anáforas, mas as suas introduções já são bastante fortes para amarrarem um sentido para o texto: somos da lei, favoráveis à independência, há os contra a lei, desfavoráveis, que devemos fazer?

É com base no desejo de coibir a ação dos “malvados” que ele escreve. Seu texto defende a independência, positivamente categorizada como responsável pela “boa ordem” e

“progreção” Os que a ela se opõem são “malvados” passíveis da intervenção de toda sua tropa.

F. Ofício de aviso de recebimento – ofícios que informam sobre o recebimento de recrutas, informações e/ou documentos.

Exemplo

Participamos a *Vossas Excelências* que recebemos com amaior/satisfação **os Exemplares** quenos foi remetido pela/Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, e a-/companhada **aestes Varios Decretos para Cópia e o-/Officio** da Secretaria desse Governo dirigido /ao Senado desta Villa em data de 20 de Julho /proximo passado assinado pelo *Excelentíssimo* Secretario/Augusto Xavier de Carvalho. Como tão bem **outro**/em que nos participa a resolução expontania de se retirar /para a Corte de Lisboa o *Excelentíssimo* Presidente desse /Governo João de Araújo (___)em data de 13 do/Mesmo preterito proximo **igualmente outro** /em que nos participa a execusão do Decreto de 16 de/Fevereiro pelo qual Sua Alteza Real o Principe Re/gente deste Reino mandou nomear Procura-/dores desta Província em data de 30 do *mesmo* ju-/lho preterito **o** que se tem dado inteiro compri-/mento e se há de dar no dia que assinalado /por nos, o que havemos *por* bem participar a *Vossas Excelências* /Deus Guarde *Vossas Excelências por anos annos* como /nos e de mister Villa Nova da *Rainha* em veriação/de 5 de Agosto de 1822 § Marcelo Pereira de Araújo/Joaquim Ribeiro de Mello/Joze Ferreira da Silva/Martinho da Costa Agra (C 73)

Este ofício destina-se a comunicar o recebimento de alguns documentos. Eles são apresentados através da nomenclatura “oficial” (“*os Exemplares*”[IR]; “*Varios Decretos*”[IR]; “*o Officio*”[IR]). As introduções referenciais presentes neste ofício são apresentadas por meio de expressões nominais definidas, ou seja, dados inseridos no texto ao modo do conhecido de ambos os interlocutores, já que se trata de uma resposta.

Com poucos preâmbulos o enunciador expõe seus objetos de discurso: os exemplares, decretos, e três ofícios (“*o Officio da Secretaria*” [IR], “*outro*” [AI] e “*igualmente outro*”[AI]). Dentre esses documentos somente os exemplares são retomados cotextualmente através da expressão demonstrativa recategorizadora “*a estes*”[AC]. Notemos que toda a malha textual é ancorada no conhecimento partilhado pelos interlocutores. Os referentes apresentados são dados como conhecidos, constando apenas a data e local de expedição, prática comum para se evitar a confusão de documentos. A informação do conteúdo dos documentos, ainda que resumida, era de imprescindível valor. Neste ofício o autor não segue

a regra de explicitar os conteúdos dos “ofícios base”, restringindo-se a relatar somente os conteúdos de dois ofícios.

A referenciação contextual apresentou-se como recorrente neste propósito comunicativo, justificada por dois fatos. O primeiro deles está respaldado nas representações sociais que se fazem dentro da máquina burocrática. O autor recebe documentos de uma autoridade e o avisa do recebimento, que deve ser informado. Ao responder ao seu interlocutor o autor já conta com o conhecimento prévio do destinatário. O objetivo único dessa resposta é dizer: “Eu recebi o que me enviaram”. Porém, dentro do institucional e do gênero do documento é esperado um outro tipo de comportamento em que a explicitação é necessária pelo caráter próprio do ofício: o de texto escrito e público.

Diferentemente dos outros ofícios analisados, este apresenta um baixo grau de referenciação cotextual, o que não representa um problema para o interlocutor, já que o próprio contexto esclarece os referentes aqui apontados. A ausência da avaliação, neste caso específico, se justifica pelo fato de a informação do recebimento do documento isentar o autor de uma maior participação na construção dos referentes. Estes já existem como objetos de mundo pouco maleáveis. Dentro do burocrático não é possível escolher como chamar um ofício. Ou é ofício ou será outra coisa, dando pouco espaço para uma intervenção do enunciador no sentido de explicitar sua opinião. Há, contudo, a possibilidade de qualificativos, mas o autor preferiu não fazer, caracterizando, assim, sua proposta de dizer numa informatividade direta e neutra.

G. Ofício de ordens expressas/instruções – ofícios cujo conteúdo predominante é ordenanças, expressas ou não.

Exemplo

Como reconheço **a distinta honra, desve/lo, eeficacia** com que Vossa Senhoria Seemprega no **Real Serviço**,/epara efeito **deste** Se faz preciso **gente** para comple/tar o **Regimento desta Praça, e Olinda**, por estarem/**ambos os ditos Regimentos** taõ faltos **della**, que **dos mes-/mos** não pude fazer **hum só Regimento** inteiro para man/dar para onde **Sua Majestade** foi servido, pois foi com-**a/diminuição de duzentos e oito homens**; Ordeno a Vossa /Senhoria que no **seu destrito** faça tirar, eme remeta com-a may/or brevidade **humalista** detodos os nossos **Solteiros, desem/baraçados, eidoneos** parao **Real Serviço**, residentes no / **mesmo destrito**, eque ainda não estiverem alistados em/parte alguma; eoutro sim me remeta logo **presos/todos os vadios**, que houver no **mesmo destrito**./ *Deus Guarde A Vossa Senhoria* Recife 30 de Setem/bro de 1774 /*Senhor Jeronimo Joze de Melo e Castro (C 2)*

Escrito em 1774, este ofício foi enviado por José César de Menezes, então governador de Pernambuco, a Jerônimo José de Melo e Castro, Coronel governador da Paraíba. À época da escrita do documento a capitania da Paraíba estava subordinada, política e economicamente, à capitania de Pernambuco.

Essa relação transparece nas correspondências. O tratamento polido, a formalidade dos pronomes de tratamento, e a aparente cordialidade, cedem lugar à demonstração de um “EU” que sempre ordena, reclama, e um “TU” que escuta/lê e obedece. No exemplo transcrito todo o excerto inicial serve de justificativa para a ordem expressa no restante do texto. O projeto de dizer do governador de Pernambuco - ordenar o envio de recrutas – é construído de acordo com as regras da cordialidade.

É através da anáfora indireta “*a distinta honra, desvelo, eeficacia*”, num crescente qualificativo do serviço do seu interlocutor, que ele inicia seu discurso, que pretende ser atendido dentro dos parâmetros destacados. A avaliação positiva dos serviços de seu destinatário não se constitui em simples elogios, mas denuncia um desejo em aumentar a responsabilidade de quem o realiza no cumprimento da ordem que se segue. Esta é precedida de uma justificativa respaldada não em sua vontade, mas na de “*Sua Majestade*”[IR], introduzido para reforçar a importância do cumprimento ao mesmo tempo que evoca a legitimidade de sua ordem, reputando-a não para si, mas para alguém maior que ambos: o rei.

É em nome do “*Real serviço*”[IR], reativado pela expressão demonstrativa “deste”[AC] e pela repetição lexical “*Real serviço*”[AC], que o governador de Pernambuco diz falar. Há necessidade de “*gente*”[IR](reativada pela expressão “*della*”[AC], “*a/diminuição de duzentos e oito homens*”[AI]) para a formação de dois regimentos, “*Regimentos desta Praça e Olinda*”[IR], retomados pela recategorização “*ambos os ditos Regimentos*”[AC], “*dos mesmos*”[AI], “*hum só Regimento*”[AI]).

Exposta a justificativa o autor passa a ordem. Ela é direta e clara (“Ordeno a Vossa /Senhoria...) requerendo do interlocutor que lhe remeta “*huma lista*”[AE] de “*todos os nossos solteiros*”[AI] , “*desembaraçados*”[AI] e “*idoneos*”[AI] para comporem os regimentos. Determina também que sejam enviados presos “*todos os vadios*”[IR].

5.2 A DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS REFERENCIAIS DE ACORDO COM O PROPÓSITO COMUNICATIVO

Nesta segunda etapa, identificamos os processos referenciais que aparecem no *corpus*, considerando o quadro de Cavalcante (2003), devidamente reestruturado para atender a nossas necessidades. A primeira pergunta que fizemos, a partir dos resultados colhidos na primeira

análise, foi se existia alguma relação entre a unidade comunicativa, que espelha as relações interlocutivas, e os processos referenciais nos ofícios. E ainda: se os processos referenciais avaliativos costumam aparecer em maior quantidade em uma determinada unidade comunicativa; e qual deles colabora em maior grau para a instauração da avaliação.

No primeiro resultado geral obtido, num total de 37 documentos analisados, registramos a presença dos processos referenciais, distribuídos nas classificações ilustradas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Contagem geral das expressões referenciais encontradas no corpus

Expressão referencial	IR	AC	AI	AE	Total
Quantidade	175	211	115	74	575

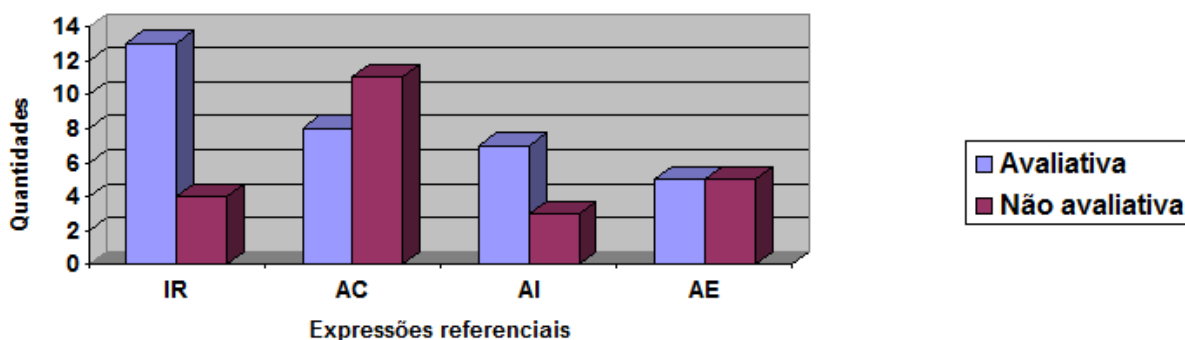
Separando as ocorrências encontradas em suas respectivas unidades comunicativas, encontramos os seguintes resultados:

Quadro 2 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de solicitação

Expressão referencial	IR	AC	AI	AE	Total
Quantidade	17	19	10	10	56

Vejamos agora esse resultado no gráfico seguinte, onde os processos referenciais estão divididos por expressões avaliativas e não avaliativas:

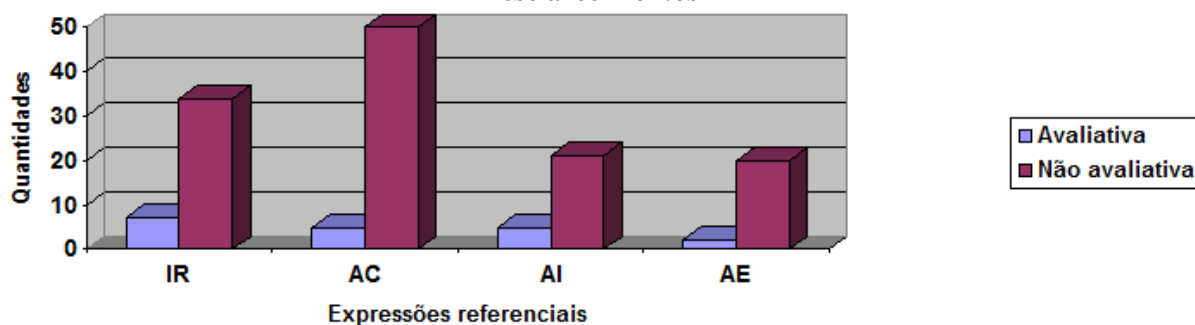
Gráfico 1 – Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de solicitação



Conforme mostra o gráfico acima, o potencial avaliativo está presente nesta unidade comunicativa. Do total de 56 expressões encontradas, em 5 textos analisados, 33 são avaliativas e 23 são não-avaliativas. Esses dados apontam para uma tendência avaliativa deste tipo de propósito, sendo que as introduções referenciais foram as maiores instauradoras da avaliação.

Quadro 3 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de informação e esclarecimentos

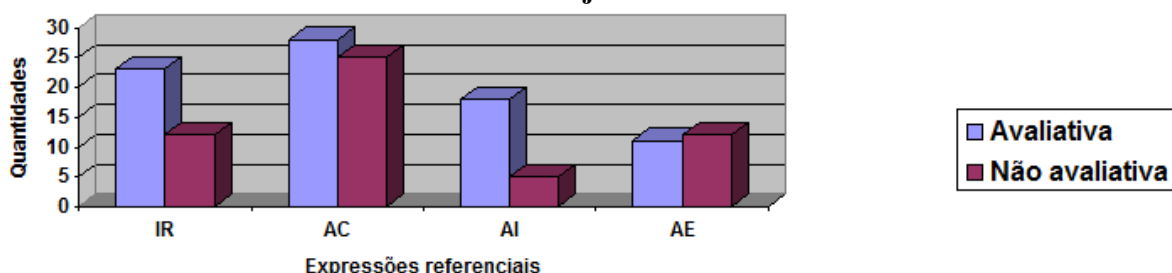
Expressão referencial	IR	AC	AI	AE	TOTAL
Quantidade	41	55	26	22	144

Gráfico 2 – Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de informação e esclarecimentos

Neste propósito comunicativo foram encontradas 125 estratégias não-avaliativas e somente 19 avaliativas. Este resultado reflete o baixo grau de avaliação do propósito, uma vez que, os conteúdos veiculados, nos 11 ofícios analisados, estão muito mais presos às formulações da tradição discursiva desse gênero textual. Também neste caso as IR foram as maiores responsáveis pela instauração de algum grau avaliativo.

Quadro 4 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de relato com pedido de ajuda

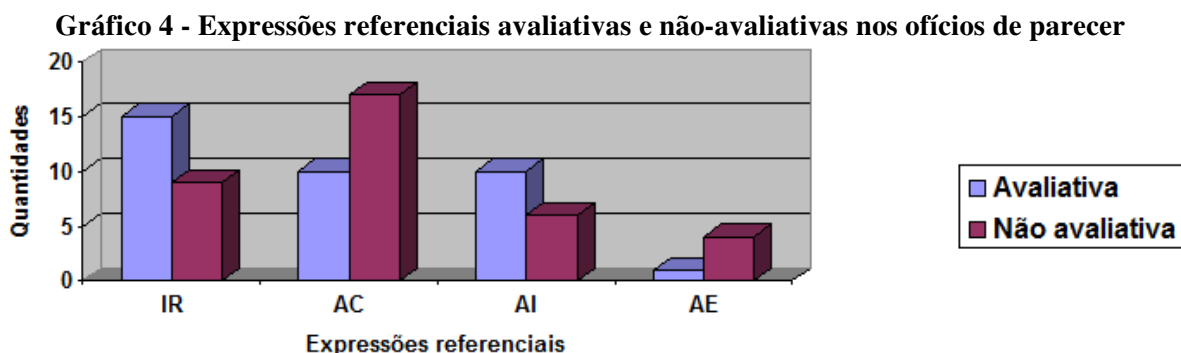
Expressão referencial	IR	AC	AI	AE	TOTAL
Quantidade	35	53	23	23	134

Gráfico 3 - Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de relato com pedido de ajuda

O gráfico acima revela o resultado da análise de 4 textos. Os dados apontam para a predominância da avaliação neste propósito. Das 134 expressões encontradas, 80 são avaliativas. Para isso contribuem mais acentuadamente as anáforas correferenciais e as introduções referenciais. Em menor grau, mas ainda assim expressivo, estão as anáforas indiretas.

Quadro 5– Distribuição das expressões presentes nos ofícios de parecer

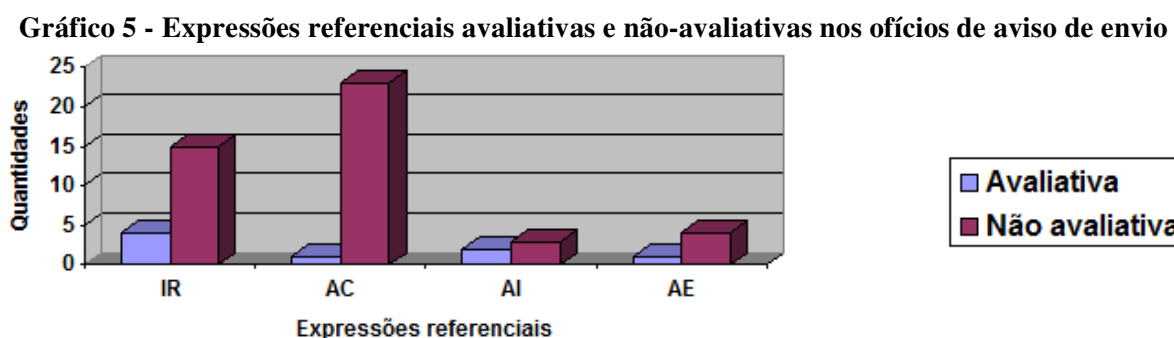
Expressão referencial	IR	AC	AI	AE	TOTAL
Quantidade	24	27	16	05	72



Nos 3 textos analisados, contabilizamos a mesma quantidade de expressões avaliativas e não-avaliativas: 36 de cada. Entretanto, esse equilíbrio numérico não se distribui igualmente entre os tipos de expressões. O potencial avaliativo presente neste propósito, conforme mostram os dados do gráfico, concentra-se em maior grau nas introduções referenciais, e em seguida nas correferenciais e indiretas.

Quadro 6– Distribuição das expressões presentes nos ofícios de aviso de envio.

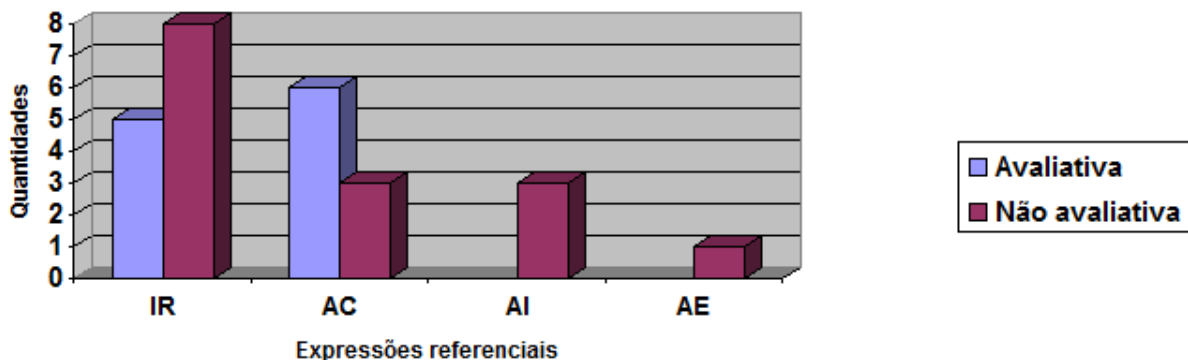
Expressão referencial	IR	AC	AI	AE	TOTAL
Quantidade	19	24	05	05	53



Os ofícios de envio, num total de 5 textos, revelaram-se, de acordo como o demonstrado pelo gráfico, acentuadamente não-avaliativos. A quantidade de expressões avaliativas foi em número muito menor que as não-avaliativas. Do total, somente 8 expressões apresentaram algum tipo de avaliação, dentre as quais, a mais expressiva foi a introdução referencial.

Quadro 7 – Distribuição das expressões presentes nos ofícios de aviso de recebimento

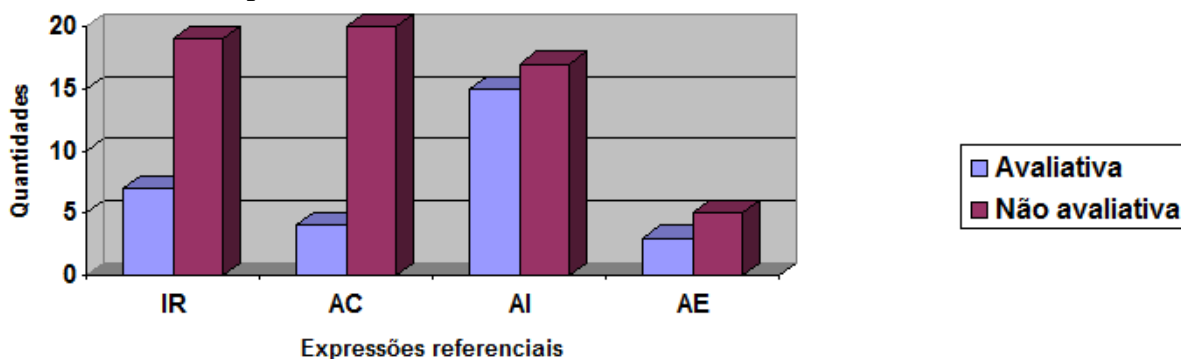
Expressão referencial	IR	AC	AI	AE	TOTAL
Quantidade	13	9	3	1	26

Gráfico 6 - Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de aviso de recebimento

Assim como nos ofícios de aviso de envio, nos de recebimento também encontramos um baixo grau de avaliação. Foram analisados 4 textos em que contabilizamos apenas 11 anáforas avaliativas. Neste caso, a maior contribuição na instauração da avaliação foi das anáforas correferenciais, seguidas das introduções. Dentre os ofícios analisados não constatamos a presença de anáforas indiretas nem encapsuladoras.

Quadro 8 - Distribuição das expressões presentes nos ofícios de ordens

Expressão referencial	IR	AC	AI	AE	TOTAL
Quantidade	26	24	32	08	90

Gráfico 7 - Expressões referenciais avaliativas e não-avaliativas nos ofícios de ordens

O resultado demonstrado acima revela a predominância de aspectos não-avaliativos sobre os avaliativos nos ofícios de ordens. As expressões que mais contribuíram para a

instauração da avaliação, nos 5 textos examinados, foram as anáforas indiretas. Entre as 90 estratégias levantadas, 61 são não-avaliativas.

5.3 TROCANDO EM MIÚDOS – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

Os resultados alcançados, descritos nos gráficos da seção anterior, permitem confirmar nossa principal hipótese de trabalho: há avaliação nos ofícios examinados. Por consequência, o estudo do recorte põe em xeque a classificação de ofício como gênero destinado apenas à troca de informações interinstitucionais.

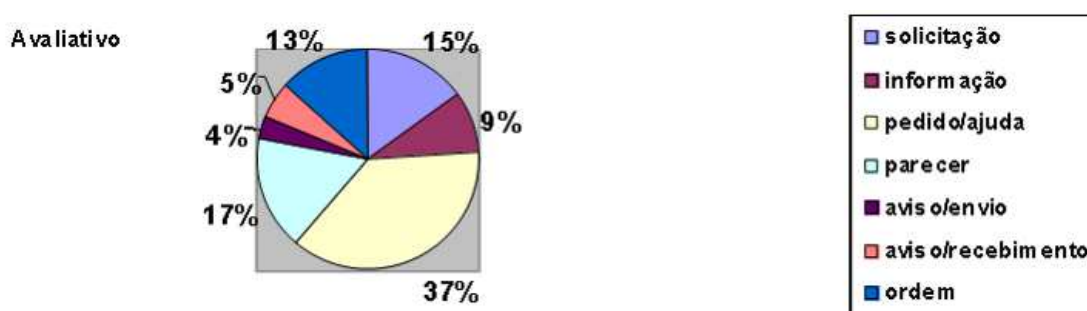
Embora nosso trabalho não priorizasse a análise quantitativa, segue abaixo uma ilustração discriminante dos processos referenciais avaliativos e não-avaliativos relacionados com os propósitos para uma melhor visualização dos dados.

Quadro 9 – Distribuição dos processos referenciais avaliativos e não-avaliativos de acordo com o propósito comunicativo

	Solicitação	Informação	Pedido/Ajuda	Parecer	Aviso/Envio	Aviso/Recebimento	Ordem
Av	33	19	80	36	8	11	29
Na	23	125	54	36	45	15	61

Os resultados demonstram que a avaliação está presente em todos os propósitos, sendo que essa avaliação aparece em maior grau em uns que em outros. Nos gráficos abaixo, temos a demonstração dos níveis avaliativos e não-avaliativos em relação a cada propósito.

Gráfico 8 – Unidade comunicativa / avaliação

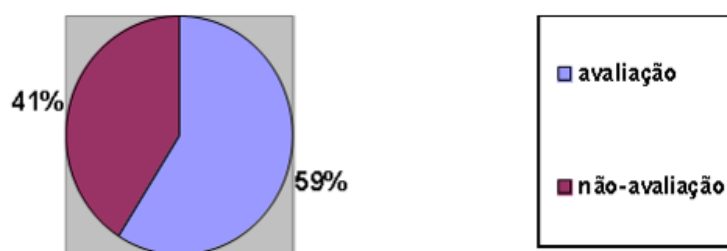


Como se pode ver acima, o pedido de ajuda é a unidade comunicativa com maior grau de avaliação, seguido pelo parecer e ofício de solicitação. Estes propósitos foram representados por textos construídos com uma maior participação da subjetividade dos autores na colocação dos fatos. Os níveis de interlocução, que também influenciam a escrita,

foram marcados por autores que escreviam a superiores, solicitando ou respondendo a alguma solicitação. Nota-se a presença dos enunciadores e o distanciamento da normatização, impessoalidade esperada neste gênero.

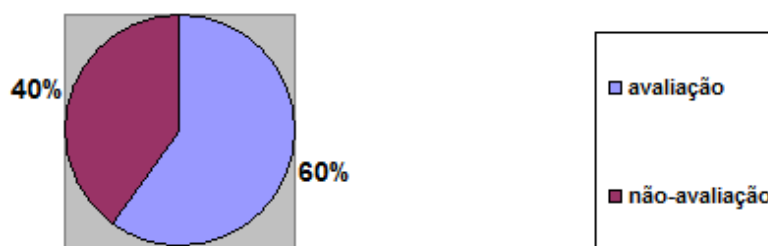
A seguir apresentamos ilustrações que permitem visualizar os graus de avaliação por propósito comunicativo. A sequência obedece a uma ordem decrescente de nível avaliativo.

Gráfico 9 - Ofícios de solicitação



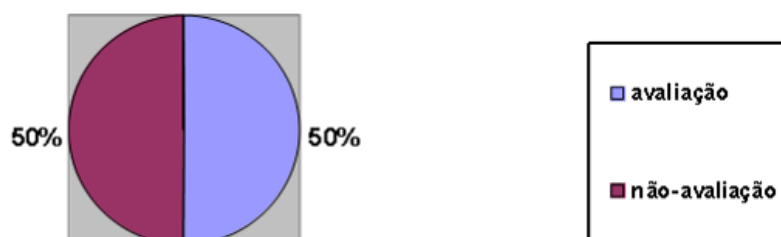
Os ofícios de solicitação foram os mais avaliativos. Nos 5 textos analisados, 59% das expressões referenciais encontradas instauraram algum grau de avaliação.

Gráfico 10 – Ofícios de pedido/ajuda



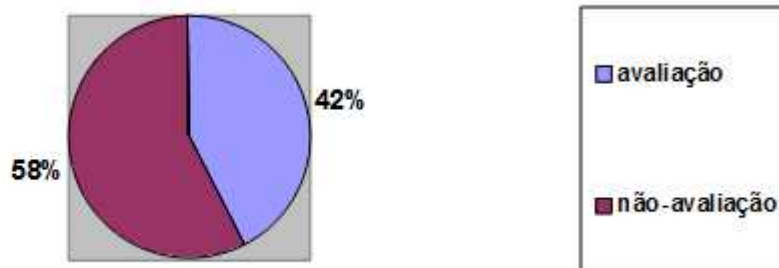
Foram analisados 4 ofícios destinados a pedir ajuda. Neles também encontramos um alto grau de avaliação, 60% das expressões utilizadas favoreceram o estabelecimento da avaliação do emissor.

Gráfico 11 – Ofícios de parecer



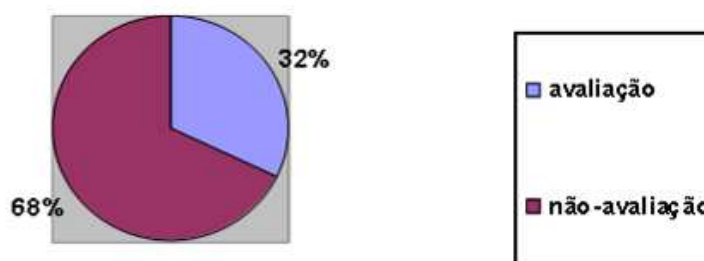
Esse resultado, obtido com a análise de 3 textos, reflete apenas um equilíbrio numérico, o que não compromete o nível avaliativo, cuja presença marcante é demonstrada através dos dados representados no gráfico.

Gráfico 12 – Ofícios de aviso/recebimento



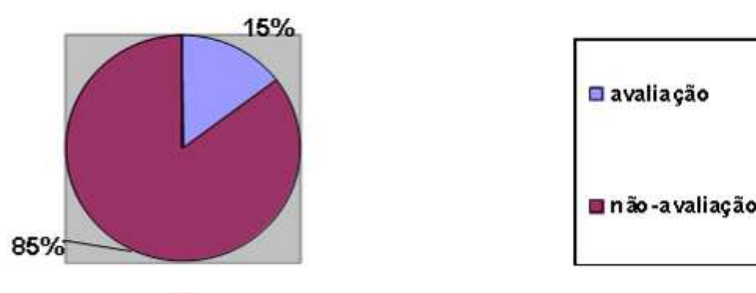
Dentre as expressões referenciais levantadas na análise de 4 textos, 42% delas colaboraram para a instauração da avaliação.

Gráfico 13 – Ofícios de ordens



Nos 5 ofícios observados, apenas 32% das estratégias referenciais expressaram a avaliação dos autores, o que torna este tipo de propósito predominantemente não-avaliativo.

Gráfico 14 – Ofícios de aviso/envio



Outro propósito em que houve o predomínio das estratégias não-avaliativas foi o dos avisos de envio. Elas perfizeram 85% das expressões referenciais usadas nos 5 textos observados.

Gráfico 15 - Ofícios de informação



Os 11 ofícios de informação estudados também apresentam-se predominantemente não-avaliativos.

Os ofícios menos avaliativos – aviso/envio, aviso/recebimento e os de informações –, foram os textos que, apesar de revelarem algum grau de avaliação, apresentaram-se com uma linguagem mais próxima da esperada nesse gênero.

Da avaliação dos gráficos a respeito da presença das expressões referenciais no *corpus*, notamos que as introduções referenciais foram as mais recorrentes na instauração da avaliação. Salientamos que a primeira aparição dos referentes (IR) representa o início da avaliação desde o começo da produção textual, ditando sua orientação argumentativa carregada de valores impostos pelo enunciador. Elas revelaram os referentes, atribuiu a eles informações. Estas foram retomadas e recategorizadas ao longo dos ofícios, sempre de acordo com a proposta de dizer dos enunciadores. Importou-nos examiná-las por serem a primeira aparição dos referentes nos textos dos ofícios, muitas vezes ela já se configurou como uma avaliação do referente.

As anáforas correferenciais, também em grande número de avaliativo, foram apresentadas, em grande parte, por anáforas recategorizadoras e anáforas co-significativas. Em cada utilização, aspectos diferentes foram revelados. No caso das recategorizadoras observamos que: (i) as recategorizadoras foram usadas pra instaurar e fazer progredir a avaliação sobre os referentes em questão; (ii) as co-significativas foram responsáveis pela manutenção do ponto de vista instaurado pelas recategorizadoras. Notamos que seu uso está ligado, estrategicamente, nos textos, não só para evitar retomar os referentes, mas também para reforçar a avaliação concebida pelas atribuições dadas aos referentes.

Do total das anáforas indiretas encontradas, o número das avaliativas foi expressivo, 57 no total. Tais anáforas foram responsáveis pela progressão textual através da introdução de novos referentes sem antecedentes explícitos no co-texto. Essa progressão apenas remeteu às âncoras já introduzidas. Isso significa que não são correferenciais, os referentes são diferentes, mas que estão ligados por associações baseadas nos conhecimentos de mundo, compartilhados ou não pelos interlocutores, mas que foram pressupostos pelo enunciador como tal. Ao remeterem a um referente novo para o discurso, mas que já foi formalmente apresentado como conhecido para o destinatário, os emissores operaram uma manutenção no eixo avaliativo ou não.

As anáforas encapsuladoras, com valor avaliativo, estiveram ausentes nos propósitos comunicativos de aviso/envio e aviso/recebimento. Foi importante focalizar este aspecto por tornar possível verificar, em cada unidade comunicativa algumas funções. Dentre elas destacamos: (i) quando se localizou no início do ofício – anunciou a avaliação antes mesmo de o leitor conhecer o conteúdo dos ofícios; (ii) quando se localizou no corpo ou fim dos textos – contribuiu para a manutenção do conteúdo avaliativo ou não, retomando-o e encapsulando-o.

Para finalizar chamamos a atenção para o fato de que nossa investigação não esgota todas as possibilidades de estudo sobre os efeitos das expressões referenciais no conteúdo do ofício. Os resultados aqui esboçados apenas comprovam as hipóteses que suscitaram o início deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserida num contexto de estudos que visam a colaborar para a construção de uma história social do português do Brasil, nossa pesquisa busca, para a realização desse propósito maior, percorrer o caminho dos que escolhem relacionar linguagem e argumentação. Esse viés constitui hoje um dos pontos centrais no contexto linguístico. Estamos falando aqui da preocupação e do interesse pelas questões que cercam a elaboração dos sentidos de um texto.

A presente pesquisa está inserida neste contexto, apesar de utilizar textos de sincronias passadas; mas a preocupação é a mesma: construção de sentidos. A realização de nosso projeto foi embasada por propostas teóricas tanto da LH como da LT. De um lado Mattos e Silva (1999) e Coseriu (1987), do outro Koch (1997, 2000, 2001, 2006) e Marcuschi (1983, 1998). Na construção de uma visão geral sobre os gêneros textuais trabalhamos com Bakhtin (2003, 1981), Marcuschi (2002), entre outros. Com relação ao gênero enfocado, utilizamos os textos de Silveira (2002) e Fonseca (2003). Apesar de não ter sido o foco principal dessa pesquisa, as teorias sobre gêneros textuais serviram de orientação para compreendermos as características que o gênero ofício apresenta. Essa etapa do trabalho revelou-nos uma tendência entre as pesquisas desenvolvidas sobre os textos que são escritos em meio burocrático: classificar o gênero ofício como texto de informação, impessoal, como sugerem Mendonça (1985) e Silveira (2002).

Consideramos essa concepção para colocá-la em xeque com base nos estudos sobre referenciação, pois acreditamos ser possível verificar, por meio de processos referenciais, a existência de avaliação no ofício. Dessa forma, acrescentamos, em seguida, uma base teórica sobre referenciação (Mondada, 1994), defendida amplamente por Marcuschi e Koch (1998). Esta teoria retrata a referenciação como atividade discursiva, considerando uma concepção não-referencialista da língua e da linguagem. Há, portanto, uma instabilidade das coisas, ou, como diz Blikstein (1983), o referente é fabricado pela forma como percebemos o mundo. Assim, dentro do discurso, os objetos não podem ser considerados como simples representações de referentes do mundo, pois não são estáveis e imutáveis, mas sim dinâmicos e sujeitos a modificações durante a progressão textual.

Essa abordagem da referência é fundamental para este trabalho por nos alertar para o fato de que, ao utilizarmos uma determinada designação para expressar um objeto no discurso, temos o poder de modificá-lo intencionalmente, e essa estratégia de manipulação é

uma das peculiaridades fundamentais da argumentação em qualquer texto. Assim, também nos ofícios, que são considerados, pela tradição, como texto objetivo, impessoal, podemos verificar, com a análise das escolhas referenciais, a manipulação realizada.

Após essa discussão sobre os ofícios, enquanto gênero textual burocrático, e sobre a concepção de referenciação adotada neste trabalho, resolvemos discutir o quadro proposto por Cavalcante (2003) para a classificação dos processos referenciais, e, deste modelo, escolhemos apenas aqueles processos que acreditamos serem possíveis instauradores de avaliação.

No momento, é com base no recorte acima citado que desenvolvemos o levantamento das estratégias referenciais presentes no *corpus*. Trabalhar com textos de sincronias passadas requer um conhecimento sobre o contexto histórico. A distância temporal, o tipo de interlocução presente nos ofícios – eles foram produzidos para outro leitor – e nós hoje, em nome da ciência, nos propomos dissecar as intenções de outrem, perscrutar sua intenção, vasculhar seus intentos...

O primeiro passo foi a separação dos textos de acordo com os propósitos comunicativos, na tentativa de estabelecer uma relação entre o grau de avaliação e a intenção comunicativa predominante nos textos. Dessa análise observamos que todas as unidades comunicativas apresentaram algum grau de avaliação. Os mais avaliativos foram os ofícios de solicitação, seguidos dos pedidos de ajuda e parecer. Nesses casos o uso de tais expressões foram úteis, não só para a construção da coesão, mas também, para a construção da argumentação.

Os resultados alcançados apontam para a confirmação da nossa hipótese inicial que previa a presença da avaliação dos emissores dos ofícios. Analisando os dados, verificamos que as estratégias que mais contribuíram para a instauração da avaliação foram as introduções referenciais e as anáforas correferenciais.

Essa constatação nos levou a um resultado diferente do que foi apresentado por Silveira (2002), no tocante à linguagem burocrática de ofícios do fim do século XX. Com relação aos textos administrativos dos séculos XVIII e XIX, que compuseram nosso *corpus*, observamos que esses documentos não seguem o padrão de neutralidade apontado como predominante no gênero em questão.

Insistimos em afirmar que este trabalho não esgota todas as possibilidades de estudo sobre os efeitos das expressões referenciais no conteúdo do ofício. Os resultados aqui esboçados apenas comprovam as hipóteses que suscitaram o início deste trabalho. Entretanto

esperamos contribuir com os estudos voltados para a modalidade brasileira da Língua Portuguesa a partir da relação ofício, linguagem e argumentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, V. L. C. *A escrita no Brasil Colônia : um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife : FUNDAJ, Ed. Massangana ; UFPE, Ed. Universitária, 1994.

APPTHÉLOZ, D. & REICHELER-BÉGUELIN, M. J. *Construction de la référence et strategies de designation*. In: BERRENDONNER & REICHELER-BGUELIN. p. 227 – 71, 1995.

ARAÚJO, A. D. *Lexical signalling: a study of unspecific nouns in book reviews*. Tese de doutorado. Florianópolis, SC: UFSC, 1996.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

BAKHTIN, M. (Volochnikov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9 ed. São Paulo: Editora Hucitec. 1981.

_____. *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, D. L. P. de. *Interação, gênero e estilo*. In: PRETI, D. (org.). *Interação na fala e na escrita – Projetos PARALELOS – NURC/ SP*, 5: 125-157, 2002.

BEAUGRANDE & DRESSLER. *Introduction to text linguistics*. New York, Longman Inc., 1991.

_____. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey, Ablex Publishing Corporation, 1997.

BENTES, A. C. *Linguística textual*. In: *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. Vol. 1. MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. (Orgs.) São Paulo: Cortez, 2004.

BRAIT, B. *Interação, gênero e estilo*. In: PRETI, D. (org) *Interação na fala e na escrita – Projetos PARALELOS – NURC/SP*, 2002.

BROWN, G. & YULE, G. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.1983.

CAMARA Jr., J. M. *Princípios de Linguística Geral*. 4 ed. 7 impressão. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

_____. *Historia da linguística*. Petrópolis: Vozes, 3 ed., 1979.

CAVALCANTE, M. M. *A construção do referente no discurso*. Fascículo 7 do curso de Formação Continuada de Professores da Rede Pública; Universidade Aberta do Nordeste – Fundação Demócrito Rocha – Fortaleza, 2003. (A)

_____. *Expressões referenciais – uma proposta classificatória*. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, vol. 44; p. 105 – 118. Campinas, 2003. (B)

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Trad. Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/ USP, 1979.

_____. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. 2 ed. Trad. Agostinho dias Carneiro; rev. téc. Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica*. São Paulo: Ática, 1991

FONSECA, M. C. A. *Caracterização linguística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado. Recife, Pe: UFPE, 2003.

HALLIDAY, M. A. K. (1970) “Estrutura e função da linguagem”. In: LAYONS, J. (org.). *Novos horizontes em linguística*. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1976.

_____ & HASAN, R. *Coesion in English*. Londres: Longman, 1976.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional*. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. vol. 41; p. 75 : 89. Campinas, 2001.

_____. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos de discurso*. In: *Veredas – revista de estudos linguísticos*. Vol 6; p. 29 : 42. Juiz de Fora, 2003.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. e MARCUSCHI, L. A. *Processos de referenciação na produção discursiva*. *D.E.L.T.A.* Vol. 14, nº especial. São Paulo: EDUC, 1998.

LYONS, J. *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1981.

_____. *Semantics*. Cambridge University Press. 2.v., 1977.

MAIA, Clarinda de A. *História do Galego-Português*. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI & KOCH, I.G.V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M.B. (org.) *Gramática do português falado*, Vol III. Campinas, ed. da UNICAMP/FAPESP, 1998.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística textual: o que é como se faz*. Recife, Pe: UFPE, 1983.

_____. *Rumos atuais da Linguística Textual*. Texto da conferência pronunciada no LXVI Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL). UNESP, São José do Rio Preto, 1998.

_____. *Gêneros textuais – o que são e como se constituem*. Recife, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística UFPE (mimeo), 2000.

MARTINHEIRA, J. J. S. *Tipologias documentais da Administração Central no Antigo Regime*. Monografia de Curso de Pós-Graduação (Especialização) em Arquivística e Documentação. Torre do Tombo, Lisboa, 1997.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. In: *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *Orientações atuais da Linguística Brasileira*. D.E.L.T.A. Vol. 15, nº especial. São Paulo, 1999.

MENDONÇA, N. R. de S. *Um estudo da prosa institucional. Subsídios para desburocratização linguística*. Dissertação de Mestrado. Recife : UFPE, 1985.

MONDADA, L. e DUBOIS, D. *Construction des objects de discours et categorization: un appoche des processus de référéciation*. TRANEL. 1995. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante.

OESTERREICHER, W. *El español en textos escritos por semicultos. Competencia escrita de impronta en la historiografía indiana*. In: *Actas del Simposio del Instituto Ibero-Americano de Berlín*. Lüdtke, J. (comp). Frankfurt am Main: Vervuert/Madrid: Iberoamericana. p. 155-190, 1994.

_____, (2002). “Autonomización del texto y recontextualización. Dos problemas fundamentales en las ciencias del texto”. In: *Homenaje a Luis Jaime Cisneros*, Hopkins Rodriguez (Editor), Pontificia Universidad Católica del peru- Facultad de Letras y Ciencias Humanas: Fondo Editorial. Tomo I.

PAREDES SILVA, V. L. *Variações tipológicas no gênero textual carta*. In: KOCH, I.V. & KAZUE, S.M.B. *Tópicos em Linguística de Texto e Análise da Conversação*. Natal:EDUFRN., 1997.

POSSENTI, S. (1993). *Concepções de sujeito na linguagem*. Boletim da ABRALIN. São Paulo, USP, 13, pp. 13 – 30.

_____. (1988) *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 [B].

ROBINS, R. H. *Pequena história da Linguística*. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). *Curso de Linguística Geral*. Trd. Antônio chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix. 20ed, 1995.

SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e história da linguística*. Trad. Fernando Tarallo [et al.] - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

SCHNEUWLY, B. *Gêneros e tipos de texto: considerações psicológicas e ontogenéticas*. Trad. Roxane H. R. Rojo. In: REUTER, Y. (ed) *Les Interactions Lecture-Écriture (Actes du Colloque Théodile-Crel)*: 155- 173. Ber: peter lang. Mimeo.

SILVA, F. O. *Processos de referência no gênero notícia*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Ce: UFCE: 2004.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

SILVEIRA, M. I. M. *Estudo sócio-retórico do ofício – gênero textual da correspondência oficial e empresarial*. Tese de doutorado. Recife, Pe: UFPE, 2002.

SWALES, J. M. 1990. *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge:Cambridge University Press.

WEEDWOOD, B. *Historia concisa da linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2005.

Anexos

OFÍCIOS CITADOS

(C 2) Como reconheço a distinta honra

Como reconheço a distinta honra, desve/lo, eeficacia com que Vossa Senhoria Seemprega no Real Serviço,/epara efeito deste Se faz preciso gente para comple/tar o Regimento desta Praça, e Olinda, por estarem/ambos os ditos Regimentos taõ faltos della, que dos mes-/mos não pude fazer hum só Regimento inteiro para man/dar para onde Sua Majestade foi servido, pois foi com-a/diminuição de duzentos e oito homens; Ordeno a Vossa /Senhoria que no seu destrito faça tirar, eme remeta com-a may/or brevidade humalista detodos os nossos Solteiros, desem/baraçados, eidoneos parao Real Serviço, residentes no / mesmo destrito, eque ainda não estiverem alistados em/parte alguma; eoutro sim me remeta logo presos/todos os vadios, que houver no mesmo destrito./ *Deus Guarde A Vossa Senhoria* Recife 30 de Setem/bro de 1774 /*Senhor Jeronimo Joze de Melo e Castro*

(C 3) Atendendo aos requisitos q concorrem

Atendendo a os requisitos q concorrem no/Bacharel Joze Gonçalves deMedeiros, para exercer o Lo/gar de Provedor da Fazenda Real dessa Capia, com quali/ficador com a eleição, q V Sa Mefez, enaõ teve efeito por/passar a servilo, por Portaria deste Governo, ateSegunda/ordem delle, o Bacharel Manoel Pacheco de Paiva,/lhe mandei agora passar a Provisão do dito lugar por hũ/anno./E porq me consta q o mensionado Bacha/rel Manuel Pacheco de Paiva, q actualmente o ocupa,/Se achar em diligencia fora dessa cidade, ordeno a V. Sa/q tanto q. receber apresente, lhefaça logo saber, onde/estiver, esta minha determinação para elle asim oficar entendendo./D G a V S Recife, o primeiro de outubro de 1774./Joze Cezar de Menezes/Sñr. Jeronimo Joze de Mello e Castro/Coronel Govor da Capa da Paraiba

(C 8) Fico entregue de vinte nove recrutas

Fico entregue devintenne recrutas tãobemSei, q' amayor parte /destes Povos Se tem retirado para osSertoens, com o horror de não Serem sol/dados, deq' metem cauzado o mayor sentimento, por quanto conheço, q' a/mayor honr,a q' pode ter hum vassalo he empregar-se noServiço do /Soberano./Estou certo dahonra comq' V. Sa Se emprega no Real /Serviço, e na pronta execução detodas as ordens, de q' muyto estimo./Diogo Velho hade chegar ápresença de V. Sa este /mez , por elle mandarei a Resposta da Carta deoutubro./D. G. a V. Sa Recife 21 de Janeiro de /1775/Joze Cezar de Menezes/Snr~ Joze Jeronimo de Mello e Castro/Coronel Governador da Paraiba

(C 53) Ill^{mo} e Ex^{mo} S^{or} G^{or} Sendo frequentiSsimos os furtos de Mandioca

Sendo frequentiSsimos os furtos de Mandioca, emais Lavoiras/no meu Sitio d'Alagoa desta Cide, eaxando eu hoje ter-/seme furtado bastante Mandioca, tratei deseguir o/malfeitor pelas pegadas, reconhecendo o seu Coito xa-/mei o Furriel Antonio Severino, o Soldado Manoel Gra-/geiro, eoSoldado Antonio Fernandes, ecom efeito axei/o malfeitor que era hum preto Cativo (rasura)/via eq estava fugido, em huma xoupana no caminho/do sitio Jagoaribe, emq' estavam duaS pardaS, estando o cu-/pado odo preto emdes fazer a mandioca em hum ralo, ee-/goalmente axei hum porco morto, q' bem parecia ser/furtado; e per suadido de que devera prender ohum la/drom axado com ofurto, com efeito ofis conduzir ao/Corpo da Goarda pa participar este facto aV.Ex.a/q fora Servido. Mandar, que fosse recolhido a Cade/a; o que com

efeito seaxa executado. V. Exa/Determinará oque for servido. Para 20 de Agosto 1803/Antonio da Sylva Frazão

(C 73) Camara de Campina Participamos a VVExas

Participamos a *Vossas Excelências* que recebemos com amaior/satisfação os Exemplares quenos foi remetido pela/Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, e a-/companhada aestes Varios Decretos *para* Copia e o-/Officio da Secretaria desse Governo dirigido /ao Senado desta Villa em data de 20 de Julho /proximo passado assinado pelo *Excelentíssimo* Secretario/Augusto Xavier de Carvalho. Como tão bem outro/em que nos participa a resolução expontania de se retirar /para a Corte de Lisboa o *Excelentíssimo* Presidente desse /Governo João de Araújo (____)em data de 13 do/Mesmo preterito proximo igualmente outro /em que nos participa a execusão do Decreto de 16 de/Fevereiro pelo qual Sua Alteza Real o Principe Re/gente deste Reino mandou nomear Procura-/dores desta Provincia em data de 30 do *mesmo* ju-/lho preterito o que se tem dado inteiro compri-/mento e se há de dar no dia que assinalado /por nos, o que havemos *por* bem participar a *Vossas Excelências* /Deus *Guarde Vossas Excelências* por anos annos como /nos e de mister Villa Nova da Rainha em veriação/de 5 de Agosto de 1822 § Marcelo Pereira de Araújo/Joaquim Ribeiro de Mello/Joze Ferreira da Silva/ Martinho da Costa Agra

(C 87) Ill^{mos} e Ex.^{mos} Senhores do Governo

Neste instante remeto as copias incluzas, que/me remeteu o Sargento Mor das Ordenansas Mon-/tada desta, e da Villa de Souza Francisco Antonio/Corrêa deSá emque observo quererem os malva-/dos /retrogradarem aboa ordem, eprogreção da/nova AmavelIndependencia, oque participo a/*Vossas /excelências* para darem asprovidencias que forem/Sirvidas, axandome eu, e toda a Tropa domeo Co-mando prompta para executar as ordem, *que/por Vossas Excelências* meforem determinadas. Deos *Guarde* asPeso/as de *Vossas Excelências* por muitos annos. Vila de Pombal /2 de Abrilde 1823.§ *Deus Guarde Vossas Excelências* § Subdito umilde § Francisco daCosta Barboza

(C 109) Ill^{mo} Ex^{mo} Sen^r Tendo apparecido

Tendo apparecido entre nós tão funestas / circunstancias, emque nenhûm cidadão probo pode ter segurança individual com roubos, as/saSsinos, eoutras perturbações, *que* tem merecido / na attenção de V.Ex^a a punição desimples desaguiza-/dos, expedindo restrictas ordens a os Capitaes / Mores, e Comandantes de Policia desta Provincia pa empregarẽ/ sobre estes factos toda a energia, eathe recommen/dando aelles, *que* caza como sou enformado, al/gũa das pessoas de confiança haja *que* necessi-/tem de defeza, e Armas *para* ella, recorraõ a V.Ex^a / *para* as mandar. He em consequencia disso, e *por* meachar /prezentemente noCargo de Juis Ordinario desta Vila, *que* vou / *por* meio, desta pedir a V. Ex^a haja de me conce-/der ter em minha caza duas, ou tres granadeiras in/formandome onde as hei de haver, *para* as receber/e passar a devida clareza *para* atodotempo fazer/dellas a Competente entrega: o *que* espero de *VossaEx* /atentas as circunstancias actuais. §*Deus Guarde* a *VossaExcelência/felismente* Alhandra 26 de Abril de 1825

(C 112) DaSertidaõ junta verá Vossa Excelência oprocedimento

DaSertidaõ junta verá *Vossa Excelência* oprocedimen-/to que obrou nesta Vila noSegundo dia deestada/oComandante do Distacamento da Vila deSouza/Francisco Afonso H^{er} Bastos,

eSua Tropa; epara /que Vossa Excelência fique mais aofato passo aespor. §/Trazia aquele Comandante em Sua Com-/panhia ou vinha por omizeálo oCabra Manuel Dias /omem facineroso, epor tal reconhecido /nesta Vila de Pombal, eCriminoso emquerela de/Adulterio, epor isso a Riquerimento do querelante omandei prender emRazão do meu officio/pasando este pello Quartel do Senhor Coman/dante Bastos estes eSeus Soldados ofizeraõ to-/mar aforsa deentre aescolta que/oCunduzia/aoque medeu motivos amandar omeu Escrivão/Requisitarlhe daparte daJustiça para me / entregar aquele Criminozo pois era sugeito a /Justicas, eeste deu emResposta ao Escrivão que/naõ Respondia a minha Requisição oque levo aoCo-/nhecimento de Vossa Excelência para obrar Com aJus-/tiças do Costume; epaço aparticipar a Vossa Excelência/em Como Rezaõ do meu officio passo a Devesar-/da Disistencia mais onaõ farei emquanto/Vossa Excelência não meenteligenciar¹⁶ por Resposta Sobre//2 fl.Sobre taõ importante negocio §Deus Guarde /a Vossa Excelência Vila /dePombal 28 de Fevereiro de /1826

(C 113) Oestado infilis em que

Oestado infilis emque deprezente seacha esta Villa eseu /termo pelas mortes ea Suadas q' diariamente estão Co-/mitidos huma tropa de Omens armados ou para me / espresar de Cabras fascinerosos vindos do Rio do Peixe man-/dados pelos Comdes daquela Villa espesialmente oRe/gente Joze Frano da Silva Cap Mor Joze Dantas e Luis /José da Cunha Comandado esta patrulha p. Manu-/el Alves Afonso Omem fasineroso edemuitas culpas /que unido Com Alixandre Xavier de Azevedo perten/dem matar aalguns Sidadoens deste termo tendo já / perisido miseravelmente João de Ant. Barreto eVi -/dal Cristalino nas sanguinolentas ma'os de dizaseis/ Cabras eSeu xefe Manuel Alves Afonso nestes dizem /publicamente eseus mandatorios q'ainda amdema/tar adeis pessoas deste termo ejá foraõ aasacinar ao/ Alferes José de Sá em Sua propria Casa oque teria / acontecido seeste nao' estivese com bastante gente em / casa em sua defeza q' p. isso temerao' e se conservao'/ nesta opozisao deste termo para odaVilla de Souza / neste azilados pelo sobredito Alexandre Xavier, ena /queles notridos pr aquelas autoridades avista pois /fl 02/ Pois da Onrozaquadra q'vejome privado de comprir/ com asminhas Obrigasoens pr sou a / miasado amorrer eomeu escrivao p aquela Corja /infernall; eomesmo susede com as mais autoridades /desta Va etermo que malpode defender suapisoas dos/asaltos dos malvados e a rezão epr q' á ãm grande par /tido p parte daquele Azevedo afavor dos malvados / episso é fasil q' querendo as autoridades deaquí pu/nirem aestes malfeitores romperá em uma Anar/quia. Emfelismente acabara este Pais nas mãos dos orro/rosos omesidios eSeV. Exa não providenciar eproteger / os sidadoens deste termo, ã poder nesta isperansaeqmea/nimei alevar a prezensa de V. Exa pedindo a Jus/tisa do Costume . D. G. a V. Exa m. a. Pombal 9 de /abril de 1826

(C121) Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

V. Ex.a medetremina lhemande huma informação, da indule, Custu/mes, enclinações dos Indios destas duas Villas do Conde, e Alhandra de/ que sou Commandante, aSim Como tão bem do terreno mais proprio -/ para o seo adiantamento1 e as Couzas que tem inutilizado os Esforços/ para a Sivilização delles, sobreo que informo aV.Ex.a Conforme/ omeo pensar. O Costume ordinario2 destes Indios em todo tempo/ hé furtar, beber Agoardente, para Cujo motivo vivem em abati/mento etudo proçedi Osiozidade em que vivem, elles não temem, num/ respeitaõ aninguem são muito mudavês na sua Conduta emuito/inconstantes em todos os seos progetos, não há quem vigie sobre/ eles para os domar einclinalos a sivilização. Estes Índios/ teriaõ melhor comportamento se viveçem de baxo/ dedesiplina deoutra Nação aquem

¹⁶ Entrar em acordo.

elles temesem. Governados/ por outro Indio seo semelhante nunca já mais poderaõ –/ ter
 milhoramento; por que quem vio hum vio todos, aconduta de /hum hé detodos, domesmo
 modo aOsiozidade; apreguiça emais/ inclinaçóns, etudo quanto fazem eObraõ hé pegado às
 ramas / do seo gentilismo: dos Directores não fazem Cauzo, ese/ querem fazer oseo elles
 Indios se rrebelaõ contra ele;/ o terreno mais proprio para o seo milhoramento esivilizaçaõ-/
 hera empregallos na Marinha, ou no serviço das Tropas/ eas Cauzas que tem avido para não
 serem sivilizados, saõ / elles mesmos por que só procuraõ para si mesmo abaterem-se em/
 todas as suas aSsons³, eomodo que tem devida. Saõ / muitos imCnostantes⁴, e histante, e
 histante mudaõ depaõ-/Riçer, enelles não seodi fazer Confidencia, por que so olhaõ – para/
 intereçe decarne e Agoardente; poderaõ ter adian/tamento nas Suas Villas seforem governados
 com hum ju-/go pezado que os obrigue atrabalhar, vigiando sobre elles-/aSim como os
 Misionarios nos Seos principios; a/o contrario nunca já mais paSaraõ doque Saõ, é /hé oque
 Posso informar aV.Ex.a § Deus Guarde aV. Exa ms anns §Quartel do Sarapo 9 de 8bro de
 1826 §Feliz Correia deSouza